Economia Regional: Lições de um Relatório da Unidade Curricular

António Manuel Martins de Almeida

2023

*Algumas notas pedagógicas sobre o programa, conteúdos, métodos de ensino da Unidade Curricular de Economia Regional.

ISBN: 978-989-8805-93-5

Índice

1 Introdução	3
2.Razões para a escolha da UC de Economia Regional no contexto das provas de agregação	3
2.1 Algumas notas sobre a UC de Economia Regional	5
2.1.1 Enquadramento: a UC Economia Regional no contexto da Licenciatura em Economia	5
2.2 O ensino da disciplina em Portugal e no estrangeiro	6
3. Características da UC de Economia Regional	11
3.1 Objetivos de aprendizagem no contexto da UC e programa	12
3.2 Conteúdos programáticos: identificação e justificação	15
3.3 Conteúdos programáticos: listagem e descrição	18
3.3.1 Conteúdos programáticos: capítulo 1	19
3.3.2 Conteúdos programáticos: capítulo 2	24
3.3.3. Conteúdos programáticos: capítulo 3	27
3.3.4. Conteúdos programáticos: capítulo 4..	30
3.3.5. Conteúdos programáticos: capítulo 5	32
3.3.6. Conteúdos programáticos: capítulo 6	35
3.4. Competências a desenvolver pelos alunos	40
3.5 Linhas orientadoras na prática pedagógica na UC	42
4-Algumas notas sobre a área do desenvolvimento regional e da economia do turismo	48
4.1.Breve referencia aos “problemas” de credibilidade	49
4.2.Breve referencia a contributos teóricos relevantes	50
4.3.(Re)Estabelecendo a credibilidade	55
5.Conclusões	59
Referências Bibliográficas	62

Índice de tabelas e gráficos

Tabela 1: Localização da economia regional nos planos de estudo de economia	8
Tabela Programa simplificado	15
Tabela 3: Programa detalhado	17
Tabela 4: Comparação programas de outras instituições	18

1-Introdução

O relatório de uma unidade curricular apresentado no contexto das provas de agregação tem como objetivo registrar a apresentação e justificação do programa, dos conteúdos programáticos e dos métodos de ensino empregues numa Unidade Curricular, de acordo com o estipulado no artigo 5º do Decreto-Lei 239/2007.

De acordo com o Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 239/2007, de 19 de junho, “o título académico de agregado visa atestar, num determinado ramo do conhecimento ou sua especialidade, a qualidade do currículo académico, profissional, científico e pedagógico, a capacidade de investigação e a aptidão para dirigir e realizar trabalho científico independente”.

Um dos elementos fundamentais do processo refere-se, de acordo com a alínea b) do artº 5, à “apresentação, apreciação e discussão de um relatório sobre uma unidade curricular, grupo de unidades curriculares, ou ciclo de estudos, no âmbito do ramo do conhecimento ou especialidade em que são prestadas as provas”. Na grande maioria dos casos, a alínea em questão transforma-se, em termos práticos, na análise das opções retidas pelo candidato relativamente a uma dada unidade curricular (UC), no que concerne ao programa, conteúdos, teorias e paradigmas que informam a UC, métodos pedagógicos e de avaliação. Consta ainda do relatório, uma avaliação global da performance do docente e da UC.

O referido decreto de lei refere ainda que as “provas de agregação são públicas e constituídas, (a), “pela apreciação e discussão do currículo do candidato, incidindo especialmente”, ... “sobre outros aspetos relevantes no currículo, designadamente a sua obra pedagógica, a orientação de dissertações e teses no âmbito de mestrados e doutoramentos, a difusão do conhecimento e da cultura e a prestação de serviços à comunidade”.

Julga-se que a versão resumida do referido relatório, uma componente da obra pedagógica de um docente, pode ser de interesse de especial para alunos de mestrado, dado que as características da unidade curricular (UC) selecionada obrigaram a um exercício de contextualização e justificação relativamente incomum pelas razões que se expõe de seguida. A redação que se segue interessa também, aos alunos de mestrado na fase inicial de redação da tese, onde as dúvidas se acumulam e se multiplicam, num contexto de alguma carência de elementos, referências e exemplos que auxiliem na estruturação das ideias iniciais num índice estruturado e num roteiro de tese fluido e exequível.

Em termos da organização da informação presente no texto, a estrutura do mesmo é a seguinte: capítulo 2 (justificação da seleção e enquadramento da UC); capítulo 3 (conteúdos, enquadramento pedagógico, objetivos de aprendizagem, planificação das aulas, competências, bibliografia e estratégias de ensino-aprendizagem e sistema de avaliação); capítulo 4 (com considerações sobre o papel da economia regional, enquanto área científica); e Capítulo 5 (conclusão).

2.Razões para a escolha da UC de Economia Regional no contexto das provas de agregação

Julgo importante deixar algumas notas sobre porquê da seleção da UC em questão, para efeitos deste relatório. Numa tese de mestrado equivale a justificar a seleção do tema. Dado que a lei apenas prevê, na alínea b) do artº 5º, a “apreciação e discussão de um

relatório sobre uma unidade curricular, grupo de unidades curriculares, ou ciclo de estudos, no âmbito do ramo do conhecimento ou especialidade em que são prestadas as provas”, a intuição, o bom senso, a prática comum no contexto das provas, e questões de gestão do tempo, terão de constituir as ferramentas por excelência das decisões na seleção da UC.

Relativamente às características do relatório da UC, o que equivale a discorrer sobre a preferência prevalecente em termos do tipo de UC selecionada, o trabalho de pesquisa efetuado no contexto de um concurso anterior, permitiu identificar duas opções, a última das quais com duas variantes. Optar por uma UC, onde o docente disponha de muita experiência acumulada resultante de vários anos de lecionação, e importante no contexto do curso e com muitos bons resultados em termos de avaliação, com programa estabilizado, ou atualizado nos limites impostos pela A3ES, em termos de objetivos e estratégias pedagógicas, o que equivale no contexto de um mestrado a selecionar e trabalhar um tema já analisado no contexto da parte curricular e/ou dentro dos limites científicos da área de formação de base. Ou optar por uma abordagem mais experimentalista e “arriscada”, ao indicar uma UCs ainda não lecionada, mas em fase de pré-docência, o que implica que a redação dos objetivos, definição de conteúdos e processo de avaliação se conforma (e teoria) às exigências da A3ES, mas numa vertente conceptual sem apoio da experiência. Outra variante respeita a UCs integralmente conceptuais, o que corresponde a um exercício intelectual e prognóstico de uma UC ideal, sem qualquer hipótese de adicionar elementos relativos à experiência real de lecionação. Caso o objetivo de um docente seja o de refletir sobre a sua experiência pedagógica, tal não é possível com UCs “abstratas”, pelo que se opta, neste relatório, pela primeira opção. No caso de um mestrado, tal corresponde a discorrer sobre tema já trabalhado no decurso de uma disciplina da parte curricular do mestrado, ou a trabalho de curso, no âmbito da licenciatura.

Várias razões concorreram para a escolha em apreço. Conforme indicado noutra componente das provas de agregação, a maioria da lecionação do docente incide na área da licenciatura, apesar do volume de experiência de lecionação ao nível do mestrado. Trata-se ainda da UC lecionada com maior frequência, desde 1999, com exceção dos períodos afetos à formação obrigatória no âmbito da carreira universitária (mestrado (fase da redação da dissertação), doutoramento) e licença sabática.

Trata-se ainda de uma UC que permite ter em conta a experiência acumulada e o feedback recebido, fundamental para a introdução e gestão de melhorias, e valorizar a reflexão ao longo dos anos resultante do acumular de conhecimentos, vivências e experiências práticas, sucessos e desafios. A UC de economia regional tem vindo a constituir um ponto de referência da experiência docente desenvolvida ao longo de 20 anos, tendo constituído o ponto focal da investigação realizada ao nível do mestrado e do doutoramento. No que concerne à fase pós-doutoramento, convirá referir que a área da economia do turismo constitui o foco principal dos meus interesses de investigação, com reflexos ao nível da lecionação, embora a temática do desenvolvimento regional esteja sempre omnipresente. Julgo também que a opção em causa, ao traduzir uma UC com características “multidisciplinares”, conforme se explica que seguida, permite valorizar a experiência letiva, relativamente diversa e valorizar o facto do docente ter aceite o desafio de preparar de raiz de várias UCs, nos últimos anos, e de ter desenvolvido trabalhos diversos ao nível da prestação de serviços.

Outras razões devem também ser apontadas tais como o facto de considerar possuir um bom grau de preparação nas temáticas em apreço, e o facto de a mesma corresponder à formação ao nível de doutoramento (economia regional) e aos interesses de investigação (economia do turismo) com foco na temática das regiões ultraperiféricas (RUPs).

Julgo que algum grau de diversidade deverá caracterizar a vida universitária, a não ser que se pretenda lecionar anos a fio a mesma UC. Uma UC como Economia Regional, onde surgem com alguma frequência teorias, paradigmas e técnicas novas, incorpora um elemento nítido de heterogeneidade, o que permite incorporar novos conhecimentos ao longo dos anos.

Foram consideradas, portanto, um conjunto de razões para justificar a opção pela UC de “Economia Regional” tendo em conta o núcleo do trabalho pedagógico, centrado na temática da economia regional (em menor grau na temática do turismo), mas também a área da investigação e das prestações de serviço.

Importa reconhecer, contudo, que a opção pela UC em causa não deixa de traduzir uma escolha “conservadora”, e previsível, num contexto de risco controlado. Dado que as provas de agregação visam determinar a “qualidade do currículo académico, profissional, científico e pedagógico, a capacidade de investigação e a aptidão para dirigir e realizar trabalho científico independente”, o que nos remete para um registo histórico de validação e reconhecimento de competências e experiências, UCs conceptuais não oferecem (creio) uma base de suporte factual, e passível de sustentação com evidências, tão robusta como no caso de UC “real”, para aferir “qualidades”, “capacidades” e “aptidões”. Trata-se como é óbvio de uma opinião pessoal.

2.1 Algumas notas sobre a UC de Economia Regional

2.1.1 Enquadramento: a UC Economia Regional no contexto da Licenciatura em Economia

A UC de Economia Regional é uma disciplina obrigatória do curso de Economia e opcional ao nível do curso de Gestão, ambos oferecidos pelo Departamento de Gestão e Economia (DGE), da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Universidade da Madeira (Uma). A seleção desta UC e da temática desdobrada no âmbito do “Plano da Lição”, conforme indicado acima, resultou da oportunidade que a necessidade de procurar refletir a evolução do percurso científico, pedagógico e profissional do autor do relatório, ofereceu para refletir sobre a temática. Em termos de substância, este relatório, em linha com a prática comum, visa identificar a lógica subjacente à organização dos conteúdos da Unidade Curricular, avançar com razões que justificam a sua conformidade e inclusão no plano de estudos, em termos de formação académica ao nível da economia e da pertinência da mesma em termos do desenvolvimento de competências uteis para o mercado de trabalho. Conforme referido acima, o relatório identifica conteúdos, objetivos, metodologias de ensino e competências, procurando ainda identificar as estratégias utilizadas no sentido de imprimir qualidade ao processo de ensino-aprendizagem e de garantir que os alunos desenvolvem competências uteis em termos de mercado de trabalho.

Contudo, julga-se que alguns dos tópicos e desenvolvimentos redigidos no âmbito do Relatório sobre a Unidade Curricular não se figuram necessários nem úteis, dado o seu carácter específico. Optou-se por reter a lógica subjacente à análise do contexto, e à seleção de conteúdos e tópicos, no intuito de informar os alunos de mestrado, a iniciar a redação das suas teses, sobre os dilemas, potenciais soluções e desafios com que se confrontarão. E sobre a extensão e complexidade da análise subjacente a algumas dos capítulos de tese.

Considerando a matéria de facto. Uma das razões que preside à seleção desta UC, prende-se com a evidente importância da mesma no contexto da Universidade da Madeira (Uma), inserida numa região que goza de estatuto político administrativa próprio, cujo governo

gere um orçamento no montante de 1,5 mil milhões de euros, o que implica a definição ao nível local de processos de tomada de decisão, com base em critérios científicos-políticos, e, portanto, a formação de especialistas qualificados nesta área.

Razões pessoais, conforme indicadas acima, presidem também à decisão de optar pela UC em causa. Trata-se da primeira UC lecionada, no momento da contratação como “assistente estagiário” em 1999, em conjugação com a UC de Economia Portuguesa e Europeia. Trata-se de uma área na qual tenho vindo a investir em termos de formação e de investigação, em conjugação com a área da economia do turismo. Importa referir existir também um elemento “prático”, dado tratar-se de uma área com reflexos nas prestações de serviços em que tenho vindo a colaborar.

Considerando agora a UC propriamente dita. A UC Economia Regional é lecionada unicamente às licenciaturas de Economia e Gestão, sendo categorizada como UC na área da “Economia”. Importa referir que diversos dos conceitos lecionados no âmbito da UC, em especial no que concerne à temática do desenvolvimento regional e turismo, são também lecionados no âmbito do Mestrado em Estudos Locais e Regionais no contexto da UC de Regiões e Turismo e no âmbito da UC de Economia e Territórios Turísticos da Licenciatura em Direção e Gestão Hoteleira.

Relativamente ao contributo da UC para a formação dos alunos, razão que presidiu à sua inclusão no plano de estudos, o exercício de contextualização e de justificação dos objetivos, conteúdos e programas da UC surge como uma tarefa perfeitamente exequível. De facto, a oferta de uma UC com as características que expõem de seguida no contexto em que é lecionada (licenciatura oferecida a alunos provenientes na sua globalidade da RAM, e com expectativas de exercer uma atividade profissional na RAM, no imediato, ou numa fase posterior, ou (crescentemente) de prosseguir estudos no exterior) “faz todo o sentido”. A UC de Economia Regional é “**obviamente**” necessária para a compreensão da dinâmica económica regional, nas mais diversas componentes; cite-se a título de exemplo a dinâmica recente da economia regional no que concerne à evolução da taxa de desemprego, a análise da taxa de sobrevivência das empresas, o posicionamento do setor do turismo numa perspetiva global, e as perspetivas futuras, etc, questões cuja relevância e necessidade de compreensão levam a concluir pela necessidade **imperiosa** da sua inclusão num plano de estudos ideal, dado a pretensão da mesma em confrontar o aluno com a amplitude e complexidade da temática regional, oferecendo a oportunidade de treinar uma série de competências em análise e tratamento de dados, identificação, avaliação e seleção de informação, e elaboração de sínteses. Importa reiterar que a UC localiza-se nos espaços dos saberes colocados na periferia da “área de conforto” e do background formativo do aluno típico da área da Economia ou Gestão, quando a mesma é lecionada noutros cursos, dado comportar uma forte componente prática, assente na utilização de dados reais, tratados com recurso à econometria e dado demandar competências muito diversas, seja o tratamento estatístico/econométrico de dados, seja a leitura de documentos extensos para efeitos de análise, avaliação e sumarização da informação.

Deve certamente ter reparado que os termos “obviamente” e “imperiosa” surgem a bold. Julgo que nenhum docente afirmará que a UC que leciona é secundária ao core do plano de estudos ou menos relevante em termos científicos e curriculares.

2.2 O ensino da disciplina em Portugal e no estrangeiro

Obviamente que o carácter imperioso da UC, qualificação que julgo incontestável no caso em apreço, pode ser sujeito a contraditório. A UC de Economia Regional fez parte do plano de estudos em Economia no contexto da UMa desde o momento da criação do curso,

ainda antes da adaptação da oferta formativa do DGE em linha com o Processo de Bolonha, tal como sucedia na generalidade dos cursos de Economia ministrados no âmbito das Universidade Públicas. No momento da criação do curso no decurso dos anos 90, a UC em causa constata a generalidade dos planos de estudo, no contexto das universidades públicas.

A pertinência da UC justificava-se pela importância que a dinâmica regional assumia em termos políticos a nível nacional, ilustrado na importância da temática da regionalização e da afetação dos fundos comunitários, e no caso da RAM, pelo estatuto autonómico e respetivas consequências. Julgava-se que a UC permitiria oferecer aos alunos um conjunto de ferramentas que permitissem analisar a dinâmica espacial e as dinâmicas económicas regionais e o emergente fenómeno comunitário, com a profusão de fundos, financiamento, programas e oportunidades de emprego.

Contudo, antes de avançar na apresentação do programa, não pode deixar de ser reconhecido a corrente raridade da presença da UC nos planos de estudos na área de economia, no conjunto das universidades portuguesas. Relativamente a prioridade e à importância atribuída à temática (da economia regional) nos planos de estudos atuais, não pode deixar de ser reconhecido que a UC de economia regional se encontra sujeita a uma “precarização” (para não referir um status de “exclusão pura e simples”) crescente nos planos de estudos do curso de economia como o Tabela 4 implicitamente confirma¹. Entre as razões que podem ser expostas para justificar a relativa secundarização, leia-se “eliminação” da UC dos planos de estudo da licenciatura em economia pós-Bolonha, existe uma que se assume como predominante e que provavelmente corresponde à razão-chave, a saber, as consequências práticas da redução do número de semestres de 10 (ou 8) para 6 no quadro de uma licenciatura normal. Uma redução desta magnitude (40%/25%) implicaria necessariamente escolhas e a realocação de algumas UCs para os planos curriculares dos mestrados. A área da economia regional terá sido fortemente penalizada face a temáticas mais “modernas” como a área do desenvolvimento e crescimento económico, e a outras áreas mais apelativas do ponto de vista “científico” e mediático, dadas as maiores possibilidades de matematização e modelização e dado o carácter “moderno” das mesmas. O menor impacto mediático no conjunto da academia e a menor valorização de abordagens mais descritivas e/ou fortemente politizadas, no contexto do plano de estudos de economia, também podem explicar a evolução registada. A evolução societal e paradigmática, entretanto ocorrida, favoreceu a introdução de UCs como a economia da inovação e temáticas na área da sustentabilidade. Outras razões constam do Anexo A, nomeadamente a perda “momentânea” de legitimidade em termos científicos, da área da economia regional.

Outra razão residirá no facto de algumas universidades no Continente visarem explicitamente uma formação “global” e internacionalista, centrada no desenvolvimento de competências e aptidões direcionadas para a inserção num mercado global de trabalho, o que desvaloriza de imediato preocupações mais localizadas. Neste aspeto, questões relativas à localização da atividade industrial ao nível do distrito e às dinâmicas regionais pecam por excesso de “localismo” e/ou “irrelevância” num mundo que se perspectivava na altura como irremediavelmente globalizado e em processo de integração em cadeias de valor global.

A análise regional não deixava de emanar uma fragância de paroquialismo característicos dos anos 60 e 70. A título de ilustração e considerando a propósito o caso Uma, e sobrevalorização atual das perspetivas viradas mais para o “interior”, é expressa

¹ Abordagem analisada no contexto do Relatório de Disciplina relativa a concurso para Professor Associado que decorreu em 2021

claramente no Relatório de Avaliação Institucional relativo à Universidade da Madeira quando se refere:

“se quisermos fazer uma crítica, poderíamos dizer que como Universidade está demasiado virada para os problemas da Região em que está inserida, não sobressaindo, em algumas áreas, o caráter universalista da universidade, mas a sua ligação à Região está bem clara nos seus Estatutos” (pg. 10).

Para bom entendedor meia palavra basta. Uma orientação para o setor privado, e para o universo das multinacionais e instituições internacionais predomina implicitamente no conjunto dos planos de estudo dos cursos de Economia e Gestão lecionados nas Universidades (continentais), conforme implícito nas designações de uma série de UCs, o que se justifica plenamente no contexto de uma Universidade “continental”.

A crescente importância do mercado de alunos estrangeiros será fator também a ter em conta, em conjugação com o interesse em promover um conjunto de competências compatíveis com um mercado de trabalho global, conforme referido acima. Outra razão, já referida, respeita a toda uma série de desenvolvimentos a nível social, tecnológico e geoestratégico que valorizam uma série de sub-áreas (ex. inovação, desenvolvimento, globalização, etc) que devem obviamente ser acomodadas num plano de estudos moderno, para além obviamente da formação básica nas áreas da microeconomia e da macroeconomia.

Tabela 1: Localização da economia regional nos planos de estudo de economia

Universidade	Faculdade/Escola	E. R. *	Tipo**	Outras UCs similares incluídas no plano***
Porto	Economia	Sim(1)	Opç.(1)	Economia Portuguesa e Europeia; Crescimento Económico;
Minho	Economia e Gestão	Não(2)	...	Economia Dinâmica e Crescimento; Economia Portuguesa e Europeia
Coimbra	Economia	Não	...	Economia do Crescimento e Desenvolvimento; Economia dos Transportes; Crescimento Económico e Macroeconomia do Desenvolvimento(3)
Lisboa	ISEG	Não	...	Economia e Política dos Transportes; História Económica de Portugal
	Nova Business School	Não	...	Economia do Desenvolvimento* Economia Europeia*(4)
UBI		Sim(5)	Opç.	Economia Portuguesa e da EU*
Algarve	Economia	Não	...	Crescimento Económico; Economia do Desenvolvimento Regional (6) Geografia Económica (6)
Madeira	Ciências Sociais	Sim	Obr.	...
Açores	Economia e Gestão	Sim	Obr.	...
UTAD	Escola Ciências Hum. e Sociais	Não	...	Crescimento e Desenvolvimento Económico; Integração Económica Europeia*
Católica	Catolica Lisbon Business & Econ.	Não	...	Development Economics
Aveiro	Departamento de Eco., Gestão, Eng ^a Ind. e Tur.	Não	...(7)	Economia do Desenvolvimento; Economia Portuguesa; Economia Europeia

*E.R. (Economia Regional) lecionada? Sim/Não; **Tipo de UC: Obrigatória (Obr.); Opção (Opç.);***Outras UCs de interesse ao nível da licenciatura e mestrado; caso a UC seja oferecido no regime de opção, a mesma é assinalada como *

(1)Designação da UC: Economia Regional e Urbana; no âmbito do Mestrado em Economia são lecionadas as UCs de Economia dos Problemas Urbanos, Economia do Desenvolvimento e Ciclos e Crescimento Económico

(2) A UC de Desenvolvimento Regional é lecionada na Licenciatura em Geografia e Planeamento, pelo Instituto de Ciências Sociais; no âmbito do Mestrado em Economia são oferecidas as UCs de Desenvolvimento e Crescimento Económico e Economia do Turismo

(4)A UC de Economia Europeia é oferecida ao nível do mestrado no regime de opção

(5)Designação da UC: Economia Regional e Urbana

(6)UC oferecida no mestrado de Economia do Turismo e Desenvolvimento Regional; no âmbito deste mestrado é ainda oferecida a UC de economia do Turismo

(7)A UC de Economia Regional e Urbana é lecionada no âmbito da Licenciatura em Administração Pública

No entanto, a problemática regional e local continua a ser relevante, os problemas contemporâneos chave assumem uma dupla abordagem global e local, com os fenómenos económicos, sociais e políticos fortemente marcados por dinâmicas regionais e locais.

Dado que as temáticas “europeia” e do crescimento económico tendem a ser lecionadas numa licenciatura clássica, na maior parte dos casos os alunos terão contacto com parte dos conteúdos e relevância das temáticas, pelo que não se constata uma omissão completa das temáticas e conteúdos tradicionalmente associados ao desenvolvimento regional e local. No entanto, uma abordagem “local” centrada nas temáticas europeias e de crescimento económico não pode ser considerado como suficiente no caso de uma Universidade Insular. Neste caso em particular, uma abordagem limitada às UCs referidas não oferece espaço suficiente de acumulação de saber científico e de reflexão com interesse para o desempenho de funções exigentes do ponto de vista técnico, caso o aluno opte pelo exercício da atividade profissional na região.

Em suma, malgrado o número reduzido de planos de estudos com a UC de Economia Regional, a mesma não deixa de constituir uma área academicamente válida e cientificamente estabelecida, conforme se constata nos mestrados. Embora se aceite que o processo de reorganização dos planos de estudo tenha obrigado a pensar estrategicamente a importância científica, pedagógica, promocional e de marketing e aspetos empíricos e empregabilidade de cada área disciplinar e das várias UCs que tradicionalmente faziam parte dos planos de estudos de um licenciatura em economia, e que do processo resultariam escolhas, e que o processo de internacionalização das Universidades obriga a planos de estudo com pretensões “globais”, as especificidades locais e regionais não deixaram de ser relevantes. Numa altura em que se volta a referir em Portugal a temática da regionalização, assiste-se também a outros desenvolvimentos noutros espaços que relevam e valorizam as dimensões locais/regionais. Os alunos serão obrigados a ter uma crescente consciência relativamente à temática das desigualdades sociais, da diferenciação espacial e dos processos de desenvolvimento espacial diferenciado. Conforme referido no documento “Why Regional Development matters for Europe's Economic Future” (Iammarino et al, 2017), a questão das desigualdades espaciais continua a ser matéria determinante no contexto da União Europeia. Áreas urbanas com forte tradição industrial têm vindo a sofrer perdas substanciais em termos de emprego e rendimento. Inversamente áreas sub-urbanas e rurais, afetadas por choques negativos e por elevados níveis de pobreza nos anos 60s/80s exibem indicadores económicos surpreendentes, primando pelo dinamismo (criação de emprego, PMEs, atração de talento, etc), inovação e presença mediática.

As crescentes preocupações com as alterações climáticas, com a inovação e setores high-tech, coexistem na maior parte das sociedades ocidentais com sentimentos crescentes de “repulsa” e “rejeição” (Stimson, 2019) relativamente “às materialização mais conspícua das desigualdades”, muitas vezes fortemente espacializadas, o que releva a importância dos alunos disporem de stock de conhecimentos nesta área, quer numa ótica estritamente informativa e formativa, quer numa ótica de capacitação técnica para a intervenção e definição de políticas ao nível local e regional que permitam combater as desigualdades (Stimson, 2019). Em reforço dos argumentos “pedagógico/formativo” pró-Economia Regional, julgo importante ainda referir a multiplicação dos movimentos regionalistas e secessionistas a que se assiste no contexto europeu, nas mais diversas latitudes, fenómenos que também interessa registar e compreender, e que apenas podem ser

compreendidos numa lógica regional/local, identitária e cultural, com recurso a conceitos, teorias e modelos que comportam um elemento especial, histórico e político.

É importante reconhecer que a terminologia “economia regional” pode encerrar um tom nostálgico e um carácter “vintage” à luz dos planos de estudos recentes. Quando chamado a contribuir para a formulação de um plano de estudos ao nível do mestrado no âmbito de uma “Comissão de Internalização do Plano Estratégico da UMa 2017-2020 – DGE” (leia-se grupo de trabalho acometido com tarefa de propor um mestrado e indicar um plano de estudos) sugeri as UCs de “Crescimento Económico, Economias de Aglomeração e Clusters” e de “Globalização, Mercados e Governança”, exatamente para ter em conta a evolução dos planos de estudos e a terminologia mais “moderna”.

No fundo, a área da análise espacial continua a constituir uma área “maior”. A atribuição do prémio Nobel a Paul Krugman em 2008 não deixa de reconhecer a importância dos fenómenos de aglomeração e da geografia económica como processos e dinâmicas económicas chave explicativos do crescimento económico. No contexto das regiões insulares, em geral, e das regiões ultraperiféricas em particular, a análise das dimensões espaciais e dos fatores condicionantes do crescimento económico constitui área de relevância estratégica, impossível de ser resolvida com a oferta de UCs terminologicamente mais apelativas, dada a necessidade imperiosa de produção de sínteses relativas a temáticas como as orientações das políticas de desenvolvimento regional europeu, ou evolução do setor x, ou impacto das idiosincrasias socioculturais produzidas pela insularidade. Num registo mais axiológico, importa transmitir aos alunos uma capacidade de análise crítica das opções ao seu dispor enquanto cidadãos e eleitores e de potenciar uma consciencialização das dimensões económicas-políticas-jurídicas e das medidas a encetar num contexto insular para efeitos de desenvolvimento do tecido económico.

A redução do caudal de verbas associadas às transferências do orçamento de estado e a crescente complexidade e exigência da política de desenvolvimento regional europeia incrementa a necessidade de gestão criteriosa dos recursos e um reforço da sensibilidade e de uma atitude pró fundamentação científica das medidas de política, o que apela à formação de técnicos qualificados nas áreas da economia e gestão. A reduzida dimensão do território e população incrementa claramente a probabilidade de um aluno formada na UMa vir com o tempo a exercer cargos de relevo quer na esfera empresarial quer no âmbito da função pública, quer porque tomou a decisão de concorrer a um cargo político via ato eleitoral, o que sugere ser o dever da instituição oferecer uma formação de qualidade, que permita acomodar o desenvolvimento de capacidades e competências compatíveis².

² Para além da complexidade inerente à compreensão de uma geografia espacial económica matizada ao nível europeu, descontinua e quase caótica (com zonas rurais em franca expansão e áreas urbanas atingidas por elevados níveis de pobreza), a questão da gestão de tais disparidades atingiu um grau de complexidade inaudito, dada a imbricação de questões mais técnicas (do ponto de vista da análise económica, formulação de políticas e implementação das mesmas) com questões políticas tout court. Refira-se neste âmbito os crescentes “custos” políticos associados a políticas redistributivas sustentadas em transferências financeiras das regiões mais “ricas” para as regiões mais “pobres”, num cenário de afirmação de movimentos secessionistas, em que as regiões mais ricas contestam a “obrigatoriedade” da ajuda prestada. Por um lado, os governos nacionais e as instituições comunitárias devem apoiar (de um ponto de vista teórico) a prosperidade das regiões mais dinâmicas, no intuito de reforçar os níveis de competitividade nacionais que beneficiem o conjunto das regiões, do que resulta um choque entre a racionalidade económica e a racionalidade política.

De facto, a persistência das desigualdades em áreas localizadas, para além de economicamente ineficiente, dá origem a riscos políticos e sociais muito significativos. Por todas estas razões, a questão das desigualdades espaciais demanda processos de policy making muito exigentes, questão que enfatiza na estrita medida que considero relevante dotar os alunos de conhecimentos e capacidades de análise comunicadas num formato técnico e objetivo, referindo as questões políticas, num formato neutro, e apenas a título de contextualização.

Conforme se constata no Quadro 2 são as universidades insulares que atribuem papel privilegiado ao ensino da temática da economia regional, no âmbito do curso de economia, quando comparada com outras universidades. Julgamos que esta particularidade se justifica dado o papel indiscutível do “espaço” e das políticas de desenvolvimento regional nacionais e comunitárias no ditar da evolução quotidiana da dinâmica económica, social e política das regiões em apreço. Trata-se de realidades palpáveis, inescapáveis e extremamente visíveis (incluindo, mas não restrito à inserção dos logotipos dos programas comunitários inscritos nos cartazes e painéis

Em suma, no que se refere a Portugal, em geral, e às regiões insulares em particular, as políticas de desenvolvimento territorial e as dinâmicas territoriais não deixaram de ser importantes, mesmo que o essencial do valor acrescentado e do emprego se localize em 20% do território e que as Universidades apostem crescentemente num universo discente internacional e global. No contexto insular, a problemática do desenvolvimento regional e do atenuar das disparidades nunca deixou de estar na ordem do dia, pelo que se justifica uma sensibilização dos alunos para a temática, desde as fases iniciais da sua formação, dado que uma parte dos alunos “acaba” por vir a desempenhar funções de relevo e tecnicamente exigentes.

Uma análise sumária das licenciaturas em economia em algumas Universidades estrangeiras de relevo, e/ou “conhecidas”, via programa ERASMUS, sugerem novamente a deslocação da temática para o território dos Mestrados. A amostra de conveniência incluiu: Aberystwyth Business School; University of Newcastle upon Tyne; Swansea University; Universidade de Vigo; Université de Poitiers; Faculty of Economics and Business da University of Maribor. A exceção identificada refere-se à UniCa - Università degli Studi di Cagliari, na Sardenha, onde a UC consta do currículo do curso em Economia e Finanças, a UC de “Economia do Desenvolvimento Regional”. Constata-se, contudo, uma oferta vasta na área do nível dos Mestrados, e Doutoramentos, no contexto do Reino Unido, o que indica que a área mantém a sua pujança nalgumas latitudes e geografias.

3. Características da UC de Economia Regional

Conforme referido acima, os conteúdos lecionados no âmbito desta UC surgem como fundamentais para um exercício de compreensão da dinâmica económica regional no contexto da ultraperiferia, justificando, a sua inclusão num curso que pretenda formar profissionais com elevada capacidade de compreensão da dinâmica envolvente. Atualmente a UC continua a dotar os alunos de modelos de análise e de ferramentas e técnicas que permitem compreender a dinâmica economia regional para melhor compreender os desafios com que se confrontam os alunos colocados em empresas regionais. A UC procura também oferecer um primeiro contacto com elementos com alcance global, como o tratamento de dados reais.

Embora a UC de economia regional (ou de economia regional e urbana) tenha deixado de constar da generalidade dos planos de estudos da licenciatura em economia, a importância das temáticas subjacentes à área disciplinar em apreço não deixa de ser, em certa medida, reconhecida na maioria dos planos de estudos pelo menos no que respeita à componente de integração económica europeia e políticas europeias, por exemplo via disciplina de Economia Portuguesa e Europeia. Pode ainda ser constatado, conforme referido, que a UC tenderá a ser lecionada no âmbito da oferta de pós-graduação. Uma nota adicional sobre a UC. O papel privilegiado da UC justifica-se ainda no contexto da missão definida para a Uma, enquanto Universidade, nos Estatutos da instituição. Refere-se no nº 3 do artº 2, que:

“Sem prejuízo da sua natural evolução, decorrentes da alteração dos problemas considerados fundamentais para a Madeira, Portugal e o mundo em geral, a Universidade identifica, de momento, as seguintes áreas estratégicas:

a) Desenvolvimento regional, economia e turismo;

a publicitar obras financiadas com fundos europeus). Dada a densidade de “obras públicas” por km², trata-se de facto de uma realidade visualmente inescapável.

- b) *Energia, ambiente e alterações climáticas;*
- c) *Saúde;*
- d) *Tecnologias de informação e comunicação.*”

A “obrigatoriedade” da Universidade em contemplar nas suas áreas de lecionação, a temática do desenvolvimento regional e turismo, no intuito de oferecer aos alunos saberes e competências, encontra-se plasmada na listagem das áreas estratégicas da Universidade. Refere-se no nº 4, do artº 2 que:

“A Universidade desenvolve uma política de ensino e investigação tendo em conta as especificidades da Região Autónoma em que se insere, colaborando na formulação das políticas nacional e regional de educação, ciência e cultura, e pronunciando-se sobre os projetos legislativos que lhe digam respeito.”

É de presumir que os exmos conselheiros ao aprovar os Estatutos da Uma tivessem em mente a necessidade de transmitir um stock de conhecimentos e experiências capacitantes para o exercício de atividade profissional que concorresse para o progresso económico social do território, através da formação de quadros qualificados e capazes de intervirem nos processos de tomada de decisão. A questão da prestação de serviços, e trabalhos de consultoria não foi esquecido nos Estatutos da Universidade. Refere a alínea f, do nº1, do artº 2 que:

“A Universidade prossegue, entre outros, os seguintes fins:

f)A colaboração no desenvolvimento da Região onde se insere através da formação de quadros e da prestação de serviços necessários ao progresso e desenvolvimento da Sociedade”

3.1 Objetivos de aprendizagem no contexto da UC e programa

Em termos da informação disponibilizada aos alunos, e no que se refere aos objetivos, é referido:

1.Pretende-se dotar os futuros economistas e gestores de um conhecimento teórico empírico aprofundado das temáticas do desenvolvimento regional, nomeadamente em métodos de economia regional e políticas de desenvolvimento regional, que lhes permita analisar e desenhar estudos, projetos e intervenções relativas a problemas relacionados com o desenvolvimento regional e a integração das empresas regionais na economia nacional e europeia.

2. Pretende-se também introduzir os futuros gestores e economistas à resolução de casos concretos, utilizando para o efeito dos métodos de análise regional, de forma a permitir uma evolução gradual da sua capacidade de translação de conceitos teóricos e abstratos para a complexidade da vivência diária. O aluno deverá também dominar temáticas relativas ao desenvolvimento periférico e insular.

Usualmente, a definição dos objetivos está sujeita a um conjunto de condicionantes, nomeadamente a carga horária (cerca de 60 horas) e o perfil e antecedentes dos alunos e a natureza do programa que se pretende lecionar. Uma das condicionantes relaciona-se com o facto da compreensão da realidade regional, através dos conceitos analisados na

UC, exigir conhecimentos mínimos de microeconomia, macroeconomia e estatística simples, assim como de utilização do Excel e de um software de econometria. Embora idealmente os alunos devam possuir formação básica e experiência em folhas de cálculo e programas de estatística, o que é especialmente verdade no caso de alunos de Economia e Gestão, constata-se por vezes um stock de conhecimento abaixo do mínimo. Tal obriga a afetar parte do tempo à revisão de conceitos, questão obviamente refletida na planificação das aulas. É também importante ter em conta que o objetivo último é o de potenciar uma consciência epistemológica que permita conjugar saberes, técnicas e competências de áreas disciplinares diferentes, em linha com a natureza dos problemas de desenvolvimento regional, de forma a estimular a capacidade de aprendizagem autónoma.

Outra condicionante. Com o passar do tempo ficou notória a progressiva redução do caudal de conhecimentos em termos de “cultura geral”, o que exige cada vez mais um esforço de assimilação por parte do docente da necessidade de contextualizar, precisar e ilustrar questões tidas por óbvias e implícitas. Por outro lado, a UC de ER é lecionada em simultâneo com a UC de “Econometria”, UC não constante do plano de estudos de Gestão. Resulta desta condicionante que o recurso detalhado a estudos em journals com referee com forte background econométrico está fora de questão, pelo menos até meados de Maio³.

Mesmo textos publicados na comunicação social regional, mas com fundamentação económica, ou ilustrados com estatísticas, exigem por vezes a produção de comentários prévios de contextualização. É feito um esforço enorme na sensibilização dos alunos para a questão das restrições impostas pelas lacunas que na área dos conhecimentos estatísticos impõe na sua capacidade de análise. Julga-se que de facto é necessário alertar os alunos para a realidade do mercado de trabalho, onde é necessário com frequência testar, validar e sustentar opiniões e decisões e consolidar processos metodológicos de resolução de problemas, muitas vezes num curto espaço de tempo.

Listadas o conjunto de ressalvas e comentários que se julgou oportuno evidenciar nesta secção, passamos à inventariação dos objetivos. Em termos dos objetivos, espera-se que os alunos venham a ser capazes de:

O1. dominar conceitos chave da área da economia e desenvolvimento regional, no que concerne à problemática do espaço, das economias de aglomeração e dos custos de transporte;

O2.compreender as características da ultraperiferia, enquanto condicionantes do desenvolvimento no contexto insular, e enquanto referencial jurídico e legal no contexto da União Europeia, e interiorização da importância do conceito de ultraperiferia no conjunto de instrumentos de análise ao dispor do especialista em Regiões e Turismo; compreender a importância das regiões insulares no contexto da economia global, a par da existência de profundas desigualdades espaciais no contexto da EU;

O3.compreender o básico de vários modelos explicativos da localização, assim como os drivers atuais da localização da atividade empresarial;

O4.desenvolver a capacidade de compreender no contexto da importância da política de desenvolvimento regional comunitária, assim como vários modelos chave de desenvolvimento territorial (clusters, learning regions e sistemas regionais de inovação);

O5.compreender o essencial do modelo de Solow, e dos modelos de causalidade cumulativa e curricular e da modelo centro-periferia, assim como as bases do modelo de

³ Dada a leção de ER coincidir com a leção de econometria optou-se pela ilustração simplificada do modelo OLS, por exemplo via recurso à funcionalidade “adicionar linha de tendência” num gráfico produzido no contexto Excel, exemplo simples permite introduzir a temática (Bergin, 2018).

desenvolvimento endógeno, no intuito de fornecer ferramentas de análise de modelos mais sofisticados;

O6.conhecimento da especificidade dos modelos de desenvolvimento típicos no contexto insular, nomeadamente no que se refere ao papel do turismo, e compreensão do impacto da reorientação da política comunitária relativamente às RUPs (analisar e compreensão a essência e as tendências de evolução em termos da política comunitária);

O7:conhecimento da importância das infraestruturas, do papel do Estado e do setor do turismo, como drivers do crescimento económico no contexto nacional e na periferia;

O8.compreender o essencial da evolução da política de desenvolvimento regional a nível comunitário e nacional, tendo em conta a evolução dos paradigmas de análise da política comunitária;

O9. conhecimento e compreensão dos números chave relativos à economia madeirense; perceber a interligação e a convergência de fenómenos históricos, políticos e económicos numa estrutura socioeconómico particular e perceber os limites das políticas de desenvolvimento no contexto insular;

O10.contacto com dados respeitantes à ao sector empresarial e à dinâmica empresarial local e evidenciação dos aspetos económicos chave da realidade regional; experimentação e prática de análise de dados, no intuito de desenvolvimento de competências requeridas no âmbito de uma licenciatura e do mercado de trabalho

O11.em resultado do contacto com textos e materiais de apoio, capacidade para manifestarem a sua consciencialização com terminologia técnica da área do desenvolvimento regional e capacidade para produção de relatórios de síntese;

A UC visa ainda atingir objetivos partilhados com outras UCs da licenciatura:

OG1.preparar os alunos para analisarem criticamente textos, artigos e documentação emanada de instituições oficiais;

OG2.perceber que as fundamentações, motivações, problemas e consequências da análise de temáticas regionais/insulares, de índole económica, podem ocultar uma agenda normativa ou opções ideológicas;

OG3.”exercitar” e sensibilizar a capacidade de conceptualizar realidades complexas e abrangentes, recorrendo, caso necessário, a outras áreas científicas (história, ciência política, direito, etc);

OG4.aceder e utilizar fontes de informação atípicas, e de mais diversa proveniência (dados estatísticos, legislação, elementos históricos, etc)

OG5.desenvolver competências e experiência em termos de pesquisa, seleção/avaliação de informação, tratamento econométrico de dados e redação de texto;

OG6.desenvolver capacidade de trabalho autónomo, sob recomendação da parte do docente;

OG7.desenvolver a capacidade de expressar opiniões “críticas” sustentadas com base em dados, teorias e modelos, assumindo quando for o caso que se trata de opiniões “normativas”:

OG8.defesa de uma atitude pró-ciência, por contraponto à cacofonia de interesses e pseudo-ciência, baseada na valorização da análise e contextualização de dados, mais de confronto de ideias com base em fontes diversas, etc;

Os objetivos comportam, portanto, uma dimensão de formação para a cidadania (de natureza social e axiológica), para além de uma dimensão científica (via apropriação/contacto com conceitos científicos chave) e uma dimensão prática/técnica (via tratamento de dados estatísticos, experiência no acesso a sites oficiais, leitura e análise de estudos, etc). Os objetivos listados acima vão além, em termos de pormenor,

dos dados constantes de outros documentos. O carácter sumário da descrição dos objetivos noutras plataformas resulta literalmente da falta de espaço em termos de caracteres. A listagem acima reflete, no entanto, com mais rigor o teor do trabalho desenvolvido nas aulas, melhor, os objetivos que se julga exequíveis.

Em termos de competências e conhecimentos (learning outcomes) expectáveis, julgo relevante listar os seguintes:

- .compreender a importância da temática desenvolvimento regional, com base num stock de conhecimentos científicos relevantes;
- .identificar e justificar com base em conceitos apropriados, as principais condicionantes ao desenvolvimento socioeconómico no conjunto da ultraperiferia;
- .compreender as condicionantes e implicações subjacentes aos conceitos de cluster, learning region e sistema regional de inovação;
- .compreender a importância da política de desenvolvimento regional comunitária para regiões como a RAM;
- .compreender a importância do papel da infraestruturas e do turismo em regiões como a RAM;
- .aprender a sumarizar informação, exercício subjacente ao tópico 6 do programa.

Um expert na área poderá considerar os objetivos científicos da UC relativamente limitados, nalgumas áreas, ou genéricos noutras. Outros leitores poderão considerar a lista como demasiado extensa, o que suscita a minha simpatia. A necessidade que se identificou de valorizar a abrangência de conteúdos e objetivos, bem como o papel estruturante da UC na área científica em apreço, para quem pretenda exercer funções laborais na RAM, impediu outra solução (de especialização e de tratamento especializado de alguns temas) que não a identificação de múltiplos objetivos.

Uma última nota sobre a questão da definição de objetivos. O desenvolvimento de competências “requeridas” para o mercado de trabalho é tido por muito relevante, tendo em conta a minha experiência em gestão de estágios ao nível dos CETs. Dentro de limites do programa e do tempo disponível, e tendo em conta a experiência dos estágios CET, não me canso de referir e ilustrar as vantagens do desenvolvimento de competências, e de apelar aos alunos para encararem o seu papel numa organização como o de “problem-solver” e não com mais um problema derivado da falta de competências (ex. falta de experiência na construção de tabelas e resolução de problemas no Excel).

3.2 Conteúdos programáticos: identificação e justificação

Em termos do programa a versão simplificada do mesmo constante do site da Uma e endereçado à A3ES refere o que se segue. Agradeço que se tenha em conta que limitações em termos do número de caracteres a inserir restringe o grau de descrição do programa, para efeitos da informação disponibilizada ao “publico”.

Tabela 2: Programa simplificado

1-Introdução – A análise dos fenómenos económicos regionais
2-A localização da atividade económicas: a teoria da localização
3-Modelos de crescimento e desenvolvimento regional
4-Outras determinantes do desenvolvimento regional
5-As políticas de desenvolvimento regional em Portugal e na EU

O programa proposto cobre 6 áreas chave, a saber análise do espaço, localização das atividades económicas, problemática do crescimento económico, determinantes várias do crescimento económico (incluindo turismo, infraestruturas e intervenção do Estado), as políticas de desenvolvimento regional comunitária e portuguesa e uma sinopse da economia regional.

Um programa mais detalhado constante da tabela seguinte. Sobre o programa, conforme se ilustra na Tabela 7, existiu desde o momento da sua reconfiguração, no contexto da adaptação a Bolonha, o cuidado de procurar enquadrar o mesmo no contexto de um exercício de benchmarking, acedendo aos programas disponibilizados nos sites de outras Universidades Públicas portuguesas, para efeitos de identificação dos tópicos chave e de um denominador comum. Resultou deste processo, que os temas do espaço e teorias de localização, mais teorias do crescimento económico, a par da problemática do desenvolvimento regional, surgem como consensuais.

Questões mais técnicas como a questão das infraestruturas, a intervenção governamental, o desenvolvimento do setor do turismo e a temática das finanças locais merecem uma resposta adequada, ao nível insular, pelas mais diversas razões, razão pela qual se optou pela inclusão da mesma, embora as mesmas não constituam preocupação de maior noutras geografias. A inclusão do ponto 6 resultou da necessidade sentida de oferecer aos alunos a oportunidade de sistematizar os conhecimentos obtidos ao caso concreto da economia madeirense. Não deixa de ser curioso que a qualidade dos dados disponibilizados pela Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM) contrasta com a escassez de análises de cariz científico sobre a temática da economia regional.

Outro elemento relevante tido em conta na seleção do programa respeita aos manuais chave na área da Economias Regional (Regional Science). Para o efeito foram considerados Lopes (1983), datado tendo em conta todos os desenvolvimentos teóricos ocorridos mas ainda decisivo na explicitação de alguns tópicos centrais da UC, Costa e Nijkamp (2010), particularmente útil dado a redação em língua portuguesa, mas extremamente abrangente e a obrigar à seleção dos capítulos mais relevantes, Polése (1998), relevante na explicitação de alguns conceitos básicos relativos ao espaço e distância, e em anos mais recentes, McCann (2013), Capello (2016), uteis na componente das teorias de desenvolvimento regional. Isard et al (1998) oferece alguns capítulos acessíveis no tratamento de alguns tópicos de métodos de análise.

De facto, nos casos em que a redação de um programa compete a um docente (na altura) com formação básica (ao nível do Mestrado) e caudal de publicações limitado, um exercício de benchmarking não pode deixar de ser relevante e útil. A tabela seguinte (Tabela 7) procura contextualizar o programa oferecido no âmbito desta UC, no contexto de UCs similares oferecidas noutras Universidades.

Uma análise simples do programa das UC de Economia Regional ou Economia Regional e Urbana de outras Universidades de referencia indicia uma grande variabilidade em termos dos tópicos analisados, embora, em verdade, os programas não sejam diretamente comparáveis dada a componente “urbana” da UC de Economia Regional e Urbana.

O programa apresentado nesta UC partilha vários pontos em comum com o programa da FEP. Um elemento que ressalta do quadro é o relativo excesso de subtópicos ao nível da Uma, o que obviamente implica uma análise relativamente introdutória de uma série de itens. Considera-se, no entanto, que a inclusão de alguns itens, como no caso dos pontos 4.1, 4.3., 6.1 e 6.2, justifica-se plenamente no contexto da ultraperiferia em geral e da RAM em particular, dado oferecer a oportunidade única no conjunto do plano de estudos de analisar tópicos e matérias fundamentais para compreender a realidade regional.

Contudo, como se refere na conclusão, julga-se que se deverá excluir alguns temas (ex. Finanças Locais), para reforço do capítulo 3, no que refere a questões como smart specialization, geografia económica e economia evolucionária. Ou, em alternativa, reforçar o capítulo 5, com temas e tópicos relevantes no contexto da política de desenvolvimento regional comunitária.

Tabela 3: Programa detalhado

<p>1- Apresentação da disciplina. Introdução. A análise dos fenómenos económicos regionais</p> <p>1.1.O espaço, os fenómenos económicos e as razões para o estudo da economia regional;</p> <p>1.2.Os conceitos de espaço e região;</p> <p>1.3.Introdução e caracterização das regiões periféricas e insulares;</p> <p>1.4.Metodologias de caracterização e delimitação dos espaços regionais;</p> <p>2.A localização da actividade económicas: a teoria da localização</p> <p>2.1.Breve resenha da história da teoria económica espacial</p> <p>2.2.Teoria da localização das actividades agrícolas: o modelo de von Thünen</p> <p>2.3.Teoria da localização industrial: o modelo de Weber;</p> <p>2.4.Análise das áreas de mercado: os modelos de Hotelling e Losch.</p> <p>2.5.A teoria dos lugares centrais e o conceito de hierarquia urbana</p> <p>2.6.Metodologias de caracterização da concentração das actividade e especialização regional.</p> <p>27.Investigação recente na temática da localização. Convergência e divergência</p> <p>3.Modelos de crescimento e desenvolvimento regional;</p> <p>3.1.Os modelos teóricos de crescimento regional;</p> <p>3.1.1. A dinâmica de convergência versus divergência</p> <p>3.2. O modelo de crescimento neoclássico</p> <p>3.3.Os modelos de causalidade circular e cumulativa e modelos centro-periferia.</p> <p>3.4. A crise do modelo neoclássico e do centro-periferia e os contributos mais recentes no âmbito da teoria do crescimento económico</p> <p>3.5.Métodos de análise do crescimento económico;</p> <p>3.6. Perspectivas de desenvolvimento das regiões ultraperiféricas: clusters e learning regions, teoria do polo de crescimento, sistemas regionais de inovação; modelo de base económica.</p> <p>4. Outras determinantes do desenvolvimento regional;</p> <p>4.1.Análise do papel das infra-estruturas no desenvolvimento regional. Turismo e desenvolvimento regional.</p> <p>4.2.Análise do papel do Estado no desenvolvimento regional.</p> <p>4.3.Finanças locais.</p> <p>5.As políticas de desenvolvimento regional em Portugal e na EU;</p> <p>5.1.A política de desenvolvimento regional comunitária.</p> <p>5.2.As políticas de desenvolvimento regional em Portugal;</p> <p>6.Sinopse da economia madeirense;</p> <p>6.1.Dados fundamentais da dinâmica da economia madeirense no período pós-autonomia.</p> <p>6.2.Fatores condicionantes de desenvolvimento no contexto da ultraperiferia.</p>
--

Tabela 4: Comparação programas de outras instituições

	Uma	FEP	UBI	Uac	UÉvora
	ER	ERU	ERU	ER	ER
1	x	x	x		
1.1	x	x	x		
1.2	x	x			
1.3	x				
1.4	x	x	x	x	x
2	x				
2.1	x	x	x		
2.2	x	x	x		
2.3	x	x	x		
2.4	x	x			
2.5	x	x	x		
2.6	x				
3	x				x
3.1	x			x	
3.2	x				
3.3	x				
3.4	x				
3.5	x	x		x	
3.6	x			x	x
4	x				
4.1	x				x
4.2	x				
4.3	x			x	
5	x	x			
5.1	x	x	x	x	x
5.2	x	x	x	x	x
6	x				
6.1	x			x	
6.2	x				

3.3 Conteúdos programáticos: listagem e descrição

Apresentam-se de seguida os conteúdos programáticos detalhados associados a cada capítulo do programa, inserindo em cada caso, um resumo, a racionalidade subjacente aos conteúdos inseridos, os objetivos de aprendizagem. Embora a versão original comportasse exemplos de exercícios relativos às aulas práticas, optou-se pela exclusão dos mesmos nesta versão. A listagem da bibliografia essencial, complementar e outra consta deste texto, para efeitos de ilustração da relevância de identificar, na redação de uma tese de mestrado, elementos fundamentais ao argumento, que deverão surgir diferenciados dos aspetos secundários.

Conforme ilustrado acima, os domínios da economia regional e desenvolvimento regional são áreas complexas e abrangentes por definição, pelas razões explicadas no Anexo A, o que implicou escolhas em termos de conteúdos, dado ser impossível abordar de forma exaustiva todos os tópicos relevantes, tal como constam de Costa e Kijkamp (2010), e identificar todos os fatores condicionantes do desenvolvimento regional. No âmbito da lecionação, as características e condicionantes do desenvolvimento insular, modelos de desenvolvimento regional típicos e política de desenvolvimento regional europeia acabam por servir de linhas de orientação chave. A UC aborda, portanto, elementos fundamentais do funcionamento da economia regional, e da articulação da mesma como desenvolvimentos ao nível da política comunitária e relativos à sobre dependência do setor do turismo. O conceito de ultraperiferia surge também como elemento-chave,

imprescindível para a compreensão das temáticas em apreço, enquanto elemento aglutinador e gerador de consensos e de controvérsia, e como leitmotif para a introdução de vários tópicos e conceitos.

Relembrando uma das condicionantes referidas acima, a evolução no campo da economia regional privilegia atualmente um forte pendor matemático e econométrico, o que limita a capacidade de introduzir determinados conceitos a um público com formação mais restrita na área, nomeadamente alunos de Gestão. Mesmo no que respeita a públicos sensibilizados para a área da economia, o ensino de algumas temáticas (como o modelo de Solow) pode ser um processo complexo, como exemplificam Chu (2018)⁴ e Taylor (2000).

Outro aspeto a ter em conta. Embora o programa defina os contornos do que será lecionado, não se considera o mesmo como “fechado” e hermeticamente limitado dado que se considera que caso exista a oportunidade, os recursos e desenvolvimentos apropriados, tópicos novos podem ser “acrescentados” sumariamente ao processo (ex. ecologia das organizações, smart destination). Como se depreende da listagem de objetivos, interessa mais identificar e caracterizar temas de interesse, desenvolver e potenciar a capacidade de aprendizagem, assegurar o desenvolvimento de capacidades cognitivas complexas, a capacidade de análise e identificação das características chave do meio ambiente, e perspetivar a futura interligação com a “prática profissional”, do que um mero contacto com uma listagem de conteúdos. O que obriga a introduzir ainda que sumariamente temas não previstos.

Ainda sobre esta temática, é importante referir que lecionar área em apreço implica uma declaração de interesses em termos das assunções de base e do quadro teórico de partida, em conjugação com a explicitação de atitude politicamente neutra. Obviamente que tal significa que se assume o processo de ensino-aprendizagem tem de ter em conta explicitamente o contexto institucional onde decorre (no caso em apreço a RAM com todas as suas vicissitudes e idiossincrasias) e as vivências pessoais dos alunos.

Relativamente à estratégia formal de apresentação do programa, optou-se por uma abordagem sintética nesta sub-seção, mas suficientemente detalhada (nas sub-seções seguintes) para permitir ao leitor compreender a abordagem. Mais detalhe implicava a quase redação de sebenta. Outra ressalva relevante a ter em conta respeita ao facto do programa traduzir a necessidade de otimizar a lecionação para um horizonte de 12/15 semanas de aulas.

As linhas que se seguem devem ser encaradas pelos alunos de mestrado a iniciar o trabalho de análise de bibliografia e de redação dos capítulos iniciais, como uma exemplificação da complexidade e morosidade do trabalho inicial de identificação dos tópicos, conceitos e temas a abordar na tese. Devem também ser notado o trabalho de identificação (e justificação das escolhas) de conceitos, a interligação implícita entre os mesmos, a racionalidade subjacente às escolhas e a necessidade de sustentar as escolhas com base em bibliografia adequada.

3.3.1 Conteúdos programáticos: capítulo 1

⁴ Refere Chu (2018, 15) sobre o ensino do modelo de Solow: “Since the seminal work of Solow (1956), there has been much progress in the research of economic growth. However, the teaching of economic growth in undergraduate macroeconomic courses is still mostly based on the Solow model. Although this seminal model provides important insights, it takes the growth rate of technology as given. To understand the origin of technological progress, we need a model of endogenous technological change. The Romer model provides a useful framework for this purpose. However, given its complexity, undergraduate students often find the Romer model difficult”. Em consequência, Chu (2018) propõe uma abordagem que envolva apenas noções de cálculo e álgebra relativamente básicas, de forma a incrementar a compreensão por parte dos estudantes.

Este capítulo (**Apresentação da disciplina. Introdução. A análise dos fenómenos económicos regionais**) inclui os subcapítulos:

- 1.1.O espaço, os fenómenos económicos e as razões para o estudo da economia regional;
- 1.2.Os conceitos de espaço e região;
- 1.3.Introdução e caracterização das regiões periféricas e insulares;
- 1.4.Metodologias de caracterização e delimitação dos espaços regionais;

Este capítulo introduz a disciplina, salientando e ilustrando as noções de espaço e território, com base em múltiplos exemplos gráficos de não uniformidade na ocupação do espaço e/ou na distribuição espacial de diversos de diversa índole⁵. É analisada a noção de região e os critérios de definição das mesmas, sendo salientado o conceito de distância económica. Ainda no âmbito deste capítulo é discutido o conceito de SIDS/economia insular (Small Island Developing State), e respetivas características socioeconómicas, salientando os aspetos chave do modelo MIRAB (acrónimo de “migration” (MI), “remittance” (R), “” (A) e “public bureaucracy” (B)), nomeadamente a dependência das transferências financeiras do exterior. É explicada a importância do artº 299 do Tratado de Amesterdão.

Os impactos da insularidade e ultraperiferia são explicados com base em conceitos simples de custos de produção médio, economias de escala e dimensão do mercado. São descritos os modelos de desenvolvimento típicos no contexto da insularidade (orientação mercado, orientação clientelista e não-ortodoxos), o que permite introduzir a temática dos off-shores. Os alunos são ainda informados sobre o conceito de distância e o impacto da mesma na geração de custos (económicos, psicológicos, etc), e na estruturação do espaço, nomeadamente via aglomeração das atividades em pontos centrais do espaço (centralidade) e localização das empresas/definição de áreas de mercado. Numa perspetiva mais territorialista, são abordados os conceitos de economias de aglomeração, externalidades, economias de urbanização e economias de localização. Os alunos são ainda treinados no tratamento de séries estatísticas, numa vertente introdutória: calculo de taxas de crescimento, taxa de crescimento anual composta, números de índice, linhas de tendência e introdução ao modelo OLS simples.

Em termos da racionalidade da seleção dos conteúdos, a mesma radica na necessidade de introduzir conceitos chave/introdutórios no contexto da UC num formato estruturado e lógico que permita aos alunos apreender e contextualizar a efetiva diferenciação do espaço, e as razões subjacentes à mesma. Ainda, e no contexto da RAM, afigura-se relevante e fundamental discorrer sobre o impacto da política comunitária (em constante evolução) no contexto da ultraperiferia, e a dependência das RUPs da mesma, e sobre as soluções não ortodoxas ao dispor dos SIDS, o que permite justificar o papel da “Zona Franca”. Justifica-se ainda uma análise introdutória do conceito de distância, e do seu impacto na localização das empresas e na estruturação do espaço.

No intuito de ilustrar o papel “construtivo” e “potenciador” do espaço, enquanto gerador de recursos, capital histórico, e poder de atração, são analisados os conceitos de economias de aglomeração, e economias de urbanização e de localização. O capítulo pretende motivar os alunos a compreender as implicações subjacentes à existência do espaço, e ao facto da estrutura e localizações chave da atividade económica dependerem de lógicas económicas racionais, que devem ser compreendidas para efeitos de sustentação técnica de medidas de políticas económicas centradas no combate à desigualdade espacial e coesão.

⁵ O 8.o Relatório sobre a Coesão publicado pela Comissão Europeia oferece um conjunto de mapas muito elucidativos a este respeito.

Os conceitos chave a serem retidos são os seguintes:

1.1. Espaço, território, região, e critérios delimitativos da região; análise dos fatores homogeneidade, polaridade e planeamento como critérios de diferenciação; introdução do conceito de distância económica

1.2. SIDS, economias insulares, RUPs e modelo MIRAB

1.3. Política comunitária para as RUPs, e modelos de desenvolvimento no contexto insular

1.4. Distância, custos de transporte, centralidade, aglomeração/economias de escala e definição de áreas de mercado decorrentes da gestão dos custos de transporte

1.5. Economias de aglomeração, externalidades (e respetivo impacto sobre o crescimento económico), economias de urbanização e economias de localização

Em termos dos resultados da aprendizagem, procurou-se ter em conta, em termos de metas:

.a sensibilização dos alunos para a problemática do espaço na economia, através da ilustração gráfica das disparidades espaciais da ocupação do espaço de forma a estabelecer a não uniformidade da ocupação do espaço; estabelecimento do link entre a perspetiva micro (e espacial), assente nos padrões de ocupação do espaço (ex. nº de estabelecimentos por km²), lógica evolutiva dos territórios e a perspetiva macro (evolução da série do PIB, exportações, índices de competitividade); sensibilização dos alunos para a economia enquanto ciência social, e para a natureza dos problemas de desenvolvimento regional, como multidisciplinares;

.compreensão do conceito de região e dos critérios delimitativos das regiões, do que resultam a evolução do traçado das fronteiras ao longo do tempo;

.ilustração do impacto do espaço na organização da atividade económica via efeitos da distância, e exemplificação dos conceitos de espaço e distância enquanto indutores de custos (custos de transporte, custos psicológicos, custos de oportunidade, etc), e da distância enquanto elemento a afetar comportamentos económicos;

.ilustração do princípio da centralidade e da tendência para a aglomeração das atividades num determinado ponto central do espaço tendo em conta o formato de evolução dos custos médios (economia de escala) em função da área de mercado abrangida; análise das razões para a localização e concertação das atividades económicas em determinados pontos do espaço em resultado de conceitos de produtividade e economias de aglomeração e externalidades;

.sensibilização dos alunos para as características chave das economias insulares, destacando a problemática das alterações climáticas e desastres naturais;

.sensibilização dos alunos para as características das RUPs enquanto entidades legalmente reconhecidas no contexto da EU; identificação dos fatores explicativos dos deficits de desenvolvimento ao nível das RUPs (razões de índole económica (dificuldades na obtenção de economias de escala e dimensão do mercado, função de produção truncada, impacto do passado histórico); ilustração da problemática da ultraperiferia com base nos conceitos de potencial de mercado, densidade empresarial, efeitos de aprendizagem (learning by doing) e economias de aglomeração;

.identificação dos desafios chave enfrentados pelas RUPs, e das estratégias de desenvolvimento standard (orientação mercado, abordagem clientelista centrada na maximização de transferências financeiras e abordagem não ortodoxa; referencia ao caso especial de estratégias de desenvolvimento não-ortodoxas, com recurso ao conceito de off-shores financeiros;

.definição de território como reconhecimento do facto do espaço não se limitar a mero recipiente e plataforma da atividade económica, constituindo um “ator” ativo e “interveniente” do desenvolvimento; sensibilizar para o facto da versão territorialista implicar assumir que se pretende compreender a génese histórica (e o impacto de processos de decisão individual) dos processos de desenvolvimento; assumir ainda a necessidade de descrever as dinâmicas socioeconómicas em curso, e os processos de criação de talento e recursos, reputação e imagem e cultural organizacional, e compreender os processos políticos subjacentes e os processos subjacentes à coordenação da atividade e às relações hierárquicas estabelecidas entre os atores.

Ainda no âmbito deste capítulo, e no que concerne às aulas práticas, é proposto aos alunos um conjunto de operações relativas a tratamento básico de dados: análise gráfica, variações absolutas e simples, peso de cada entidade no espaço de referencia, taxas de crescimento simples, taxa de crescimento composta (CAGR), identificação de linhas de tendência com recurso ao Excel (linha de tendência linear e polinomial). Conforme referido no caderno de exercícios, “o objetivo [deste tipo de] exercício reside na acumulação de experiência e eficiência na análise simples de dados através do cálculo de taxas de crescimento, valores médios, identificação de linhas de tendência e síntese da informação”.

Também numa vertente mais prática e em linha com a análise da temática da divergência vs convergência, são efetuados cálculos com base em estimativas da taxa de crescimento futura; por exemplo, produz-se uma estimativa do número de anos necessário para a sub-entidade territorial (região A) atingir a média de PIB per capita do espaço de referencia (designado por EU), caso a região A cresça a um ritmo superior em $y\%$ à taxa de crescimento estimada para o espaço de referencia; ou, sabendo as taxas de crescimento estimadas para a região A e para o espaço EU, é calculado o número de anos necessários para a região A convergir para o valor do PIB per capita do espaço EU.

No intuito de ajudar os alunos a adquirir sensibilidade e experiência com a multiplicidade de formatos em termos dos dados disponibilizados nos sites oficiais, é ilustrada a diferenciação entre valores do PIB a preços correntes e a preços constantes; assim como a transformação de séries temporais como base na técnica dos números índices; é ainda ilustrado calculada a taxa de inflação implícita na série do deflator do PIB e ilustrada a decomposição da taxa de crescimento do PIB a preços correntes em efeito preço e efeito volume; o cálculo do PIB a preços constantes com base na série do PIB a preços correntes e dados relativos ao deflator baseia-se nos dados providenciados pela Direção regional de Estatística da RAM; de forma geral, é análise informação constante em diversos sites oficiais, nomeadamente o site Direção Regional de Estatística da Madeira, INE, Pordata e Eurostat para efeitos de capacitação/sensibilização dos alunos para as diferentes modalidades de apresentação da informação.

Ainda no intuito de oferecer uma visão prática do conceito de região, é ilustrado o cálculo da distância económica entre várias regiões como base em dados reais. A análise das economias de localização e urbanização é operada com base em textos/artigos/noticias. Os exercícios ilustrativos da problemática da ultraperiferia baseiam-se em exemplos simples que demandam a compreensão dos conceitos de custos de produção, evolução dos custos médio, economias de escala e área de mercado.

Lista-se de seguida a bibliografia essencial, a ser lida pelos alunos e considerada no decurso das aulas teóricas, assim como a bibliografia complementar e outras relevante em termos de formação do docente. Os slides das aulas teóricas procuram oferecer resumos relativos extensos, e organizados, para efeitos de facilitação e organização do estudo.

Bibliografia Essencial⁶

- Cross, M.; Nutley, S., (1999), Insularity and accessibility: The small island communities of Western Ireland, *J. Rural. Stud.* 1999, 15, pg. 317–330 (*)
- Hampton, M., Christensen, J., (2002), Offshore Pariahs? Small Island Economies, Tax Havens, and the Re-configuration of Global Finance, *World Development*, 30 (9), pg. 1657-1673, (*)
- Hezel, F. (2012), Pacific Island Nations: How Viable Are Their Economies?, *Pacific Island Policy* 7, East-West center
- Ismeri Europa (2011), Factores de crescimento nas Regiões Ultraperiféricas, CONTRATO N° 2009.CE.16.0.AT.101, sumário em português (*)
- Ismeri Europa (2011), Growth Factors in the Outermost Regions, Final Report Vol. II, CONTRACT N°2009.CE.16.0.AT.101 (*)
- Ismeri Europa (2011), Growth Factors in the Outermost Regions, Final Report Vol. I, CONTRACT N°2009.CE.16.0.AT.101(*)
- Lopes, A. (2010), O espaço económico, in *Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas*, Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp, Editora Principia
- Lopes, A., (1995), “ O espaço económico”, in *Desenvolvimento Regional Problemática, teoria, modelos (5ª Edição)*, Fundação Calouste Gulbenkian, pg. (36-58) (*)
- Murray, W., (2001), The second wave of globalisation and agrarian change in the Pacific Islands, *Journal of Rural Studies*, 17(2), pg135-148 (*)
- Polèse, M. (1998), Desenvolvimento Económico e Urbanização, in *Economia Urbana e Regional, - Lógica Espacial das Transformações Económicas*, APDR, pg. 27-50 (*)
- Polèse, M. (1998), “Espaço Geográfico e Custos Económicos”, in *Lógica Espacial das Transformações Económicas*, APDR, pg. 54-76 (*)
- Polèse, M. (1998), Externalidades e Economias de Aglomeração, in *Economia Urbana e Regional*, in “Lógica Espacial das Transformações Económicas”, APDR, pg. 77-85
- Tisdell, Clem, (2014) "The MIRAB Model of Small Island Economies in the Pacific and their Security Issues: Revised Version," *Social Economics, Policy and Development Working Papers 165087*, University of Queensland, School of Economics.
- (*) Explicitamente referenciados na aula.

Bibliografia complementar

- European Union (2011), *Regional policy for smart Growth 2020*, European Commission, Directorate-General for Regional Policy
- Fortuna, M., (2010), A problemática das regiões ultra-periféricas, in *Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas*, Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp, Editora Principia
- Instituto de Desenvolvimento Regional, (2013), *Diagnostico Prospectivo Regional, CompromissoMadeira@2020*
- Lopes, A., (1995), *Desenvolvimento Regional Problemática, teoria, modelos (5ª Edição)*, Fundação Calouste Gulbenkian .pg. 3.5.2 (218-235)
- OECD (2010), *Regional Development Policies in OECD Countries*, ISBN 978-92-64-08725-5
- Polèse, M. (1998), *Economia Urbana e Regional, - Lógica Espacial das Transformações Económicas*, APDR

⁶ A bibliografia é organizada em “leituras fundamentais”, a serem asseguradas pelos alunos, “leituras complementares”, relativas a textos essenciais para a formação do docente, e “outras”, identicamente importantes na formação do docente.

Read, R., (2004), The Implications of Increasing Globalization and Regionalism for the Economic Growth of Small Island States, World Development Vol. 32, No. 2, pp. 365–378

Outra Bibliografia

Baptista, A., (2001), 3. Os modelos de desenvolvimento e a política económica espacial, Economia Regional e Urbana, Coordenação de Manuel Brandão Alves, 4º ano do Curso de Economia, 2001/2002, CIRIUS, Centro de Investigações Regionais e Urbanas, Documento de Trabalho, nº3/2001

Brochado, A., (2011), A análise de clusters: técnica de classificação na análise espacial, in Compêndio de Economia Regional - Volume II: métodos e técnicas de análise regional

Capello, R., (2016), Regional Economics, Routledge, Second Edition, pg. 45-74, e 75-94

Comissão Europeia (2020), Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité económica e social europeu, ao Comité das Regiões e ao Banco Europeu de Investimento, relativo à aplicação da Comunicação da Comissão sobre uma parceria estratégica reforçada e renovada com as regiões ultraperiféricas da EU, COM(2020) 104 final

European Commission (2011), The urban and regional dimension of Europe 2020 Seventh progress report on economic, social and territorial cohesion, ISBN 978-92-79-21727-2

Isard, W., Azis, I., Drennan, Miller, R., Slatzman, S., Thorbecke, E., (1998), Methods of Interregional and Regional Analysis, Ashgate Publishing Company, pg. 243-280

Lopes, E., (2009), O PAPEL DAS CIDADES NO DESENVOLVIMENTO DE PORTUGAL. Portugal: Desafios nos alvares do século XXI, SaER- Sol, Lisboa

MATOS, A., (2000), Ordenamento do território e desenvolvimento regional, Tese de Doutoramento, Universidade da Beira Interior, Covilhã

McCann, P., (2013), Modern Urban and Regional Economics, Oxford Press University, pg. 3-47

O'Sullivan, A., (2003), Urban Economics, 5th edition, McGraw-Hill Irwin, New York

3.3.2. Conteúdos programáticos: capítulo 2

O capítulo 2 (A localização da atividade económicas: a teoria da localização) abarca os seguintes subcapítulos:

2.1. Teoria da localização das atividades agrícolas: o modelo de von Thünen; Teoria da localização industrial: o modelo de Weber; análise das áreas de mercado: os modelos de Hotelling e Losch.

2.2. A teoria dos lugares centrais e o conceito de hierarquia urbana

2.3. Investigação recente na temática da localização. Convergência e divergência

2.4. Metodologias de caracterização da concentração das atividade e especialização regional

Em termos de conceitos chave, o aluno é convidado a analisar os seguintes aspetos:

.modelos de von Thünen, Weber, Hotelling e Losch, em termos das assunções (hipóteses) de base, formulação matemática e conclusões chave e resolução de exercícios a propósito

.descrição da teoria dos lugares centrais e o conceito de hierarquia urbana

.identificação dos fatores atuais de localização da atividade industrial e do IDE, com base na análise de artigos científicos

.análise da temática da convergência e divergência, no contexto da UE, questão fundamental da periferia

.compreensão dos conceitos de medidas de localização e de concentração

O capítulo em questão discorre sobre a questão da localização da atividade económica, sob várias perspetivas. Inicialmente o capítulo debruça-se sobre modelos standard (von Thunen, Weber, etc), numa tentativa de sensibilizar os alunos para a construção de modelos simples, e para a análise do impacto das hipóteses de base, usualmente restritivas, nas conclusões dos modelos em termos de localização das atividades económicas. A teoria dos lugares centrais e a análise dos padrões de organização da hierarquia urbana são também analisados neste capítulo, oferecendo a oportunidade de introduzir a questão da racionalidade na oferta de bens e serviços públicos. Uma parte do tempo afeto ao capítulo é concentrado na análise de estudos (papers recentes) relativos aos fatores condicionantes da localização do IDE no contexto europeu.

Em termos de racionalidade da seleção dos conteúdos, a mesma radica na necessidade de evidenciar os fatores condicionantes da localização, primeiro num formato ultra-simplificado assente em hipóteses restritivas, e posteriormente num formato “realista” com múltiplas variáveis em análise, tal como consta de papers recentes.

Em termos de resultados da aprendizagem, é expectável que o aluno:

.Descreva e resolva de exercícios simplificados da Teoria da localização das atividades agrícolas: o modelo de von Thünen; idem para o modelo de localização industrial de Weber e resolução de exercícios simplificados e para o modelo de Hotelling e modelo de Losch;

.Com base numa introdução à teoria dos lugares centrais (Cristaller), e à exposição do conceito de hierarquia urbana, auxiliado na ilustração prática da relevância do modelo aplicado ao caso português, compreenda problemas simples de definição da oferta de bens e serviços públicos, tendo em conta “casos práticos”, veiculados pela comunicação social; ainda, com base nos conceitos de limiar da procura e alcance do bem, capacidade de perceber as diferentes soluções de organização ($k=3$; $k=4$; $k=7$) dos lugares centrais;

.Capacidade de identificação dos fatores condicionantes chave da localização industrial, providenciados pelos estudos recentes na temática com base na empírica dos condicionantes da localização (acessibilidades, amenidades, qualidade de vida urbana, etc); valorização da relevância dos fatores trabalho, clima social atrativo, proximidade de matérias primas, “amenities”, estabilidade macroeconómica, etc;

.Capacidade de utilização da análise shift-share e metodologias de caracterização da concentração das atividade e especialização regional, tais como indicadores de localização, para efeitos de comparação do padrão de localização da atividade económica; medidas de dispersão e/ou concentração, para efeitos de identificação da dinâmica espacial local no conjunto do espaço de referencia.

Ainda no âmbito deste capítulo, e no que concerne às aulas práticas, é proposto aos alunos um conjunto de exercícios que permitam modelizar no Excel problemas/soluções simples. Por exemplo, e numa vertente ultras-simplificada, determinação das fronteiras subjacentes ao modelo de von Thunen. Os exercícios práticos visam ainda o desenvolvimento de capacidades de tratamentos de dados “reais”, aplicando a metodologia subjacente de medias de localização e concentração a dados regionais, de forma a determinar o volume de emprego básico.

Bibliografia Essencial

- Albergaria, H., (2010), A teoria da localização, in *Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas*, Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp, Editora Principia, pg. 45-100
- Alves, M., (2010), A formação dos sistemas urbanos, in *Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas*, Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp, Editora Principia, pg. 111-146
- Basile, R., Castellani, D., Zanfei, A., (2008), Location choices of multinational firms in Europe: The role of EUcohesion policy, *Journal of International Economics* 74 (2008) 328–340
- Capello, R., (2016), *Regional Economics*, Routledge, Second Edition, pg. 45-74, e 75-94
- Delgado, A., Godinho, I., (2010), Medidas de localização das atividades e de especialização regional, in *Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas*, Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp, Editora Principia
- Isard, W., Azis, I., Drennan, Miller, R., Slatzman, S., Thorbecke, E., (1998), *Methods of Interregional and Regional Analysis*, Ashgate Publishing Company, pg. 243-280
- Koenig, P., MacGarvie, M., (2011), Regulatory policy and the location of biopharmaceutical foreign direct investment in Europe, *Journal of Health Economics*, Volume 30, Issue 5, 2011, Pages 950-965
- Kolympiris, C., Kalaitzandonakes, N., Miller, D., (2015), Location choice of academic entrepreneurs: Evidence from the US biotechnology industry, *Journal of Business Venturing*, Volume 30, Issue 2, 2015, Pages 227-254,
- McCann, P., (2013), *Modern Urban and Regional Economics*, Oxford Press University, pg. 3-47

Bibliografia complementar

- Baldacchino, G., (2006), Small Islands versus Big Cities: Lessons in the Political Economy of Regional Development from the World's Small Islands, *Journal of Technology Transfer*, 31, pg. 91–100

Outra Bibliografia

- Armstrong H., Read, R. (2004), Insularity, Remoteness, Mountains and Archipelagos: Combinations of Challenges facing small regions, in *Paper for Europe at the Margins: EU Regional Policy, Peripherality Regional Studies Association Conference*, University of Angers, 15-16 April, 2004.
- Armstrong, H. W., Read, R., (2002), The phantom of liberty?: economic growth and the vulnerability of small states, *Journal of International Development*, vol.14, pp. 435-458
- Armstrong, H. W., Read, R., (2003), Microstates and sub-national regions: mutual industrial policy lessons, *International Regional Science Review*, Vol.26.1, pp. 117-141
- Armstrong, H., (2001), Regional selective assistance: is the spending enough and it is targeting the right places, *Regional Studies*, Vol. 35.3, pp. 247-257
- Armstrong, H., Read, R., (1995), Western European micro-states and EU autonomous regions: the advantages of size and sovereignty, *World Development*, Vol. 23, No. 7, pp. 1229-1245
- Armstrong, W., (2004), The implications of increasing globalisation and regionalism for the economic growth of small island states, in *World Development*, Vol. 24, No. February 2004, pg. 111-123
- Joseph, C., Krishnaswamy, A., (2010), Factors of resiliency for forest communities in transition in British Columbia, *BC Journal of Ecosystems and Management* 10(3):127–144

Lopes, A., (1995), Desenvolvimento Regional Problemática, teoria, modelos (5ª Edição), Fundação Calouste Gulbenkian .pg. 3.5.2 (218-235)

Monfort, P., (2008), Convergence of EU regions Measures and evolution, Working Papers, European Union Regional Policy, nº 01/2008

3.3.3. Conteúdos programáticos: capítulo 3

O capítulo em questão (Modelos de crescimento e desenvolvimento regional) introduz a temática da modelização do crescimento económico com base no modelo de Solow. Para além do modelo de Solow, enquadrável no contexto dos modelos de crescimento equilibrado, o capítulo aborda ainda exemplos de modelos de crescimento desequilibrado, como o modelo centro-periferia e o modelo de causalidade circular e cumulativa. Os limites do modelo de Solow são enquadrados no âmbito dos modelos de crescimento endógeno. Relativamente à perspetiva territorialista, a mesma é exemplificada através dos conceitos de cluster, learning region e sistemas regional de inovação, smart specialization e nova geografia económica (numa vertente muito introdutória). É dedicada atenção sumária à questão dos espaços rurais e às regiões dependentes da exploração de recursos naturais.

Os conceitos chave analisados são os seguintes:

3.1. Modelo de Solow; equação fundamental de Solow e convergência

3.2. Contabilidade do crescimento e factos estilizados de Kaldor

3.3. Modelo de centro-periferia e modelo de causalidade cumulativa e circular

3.4. Modelo de desenvolvimento endógeno

3.5. Perspectivas de desenvolvimento das regiões ultraperiféricas: clusters e learning regions, teoria do polo de crescimento, sistemas regionais de inovação; modelo de base económica.

3.6. Convergência e divergência

A racionalidade para o capítulo em questão reside na relevância da compreensão da dinâmica de crescimento económico num formato matematicamente rigoroso e respetiva crítica, analisado numa vertente introdutória. É ainda evidenciado o poder das “estruturas de poder”, da acumulação de fatores de sucesso que alimentam a concentração e a dispersão e mobilidade dos fatores de produção. A explicitação de modelos datados, mas com levado poder ilustrativo da interligação micro (ao nível das decisões das empresas) vs macro, transcrita nos modelos territorialistas, faculta uma aproximação/descrição do funcionamento real e atual das interações inter-empresariais localizadas em espaços territoriais delimitados. É por esta razão que se analisam os textos de Portr (1998) e Florida (1995). Ainda no decurso deste capítulo, é objeto de atenção à problemática da convergência e divergência no intuito de treinar os alunos para a construção de modelos econométricos simples.

Em termos de resultados da aprendizagem, é expectável que o aluno:

.Compreenda a diferença entre crescimento equilibrado e desequilibrado e a construção subjacente ao modelo de Solow, incluindo a interpretação da equação fundamental de solow, e a parametrização do modelo no Excel;

.Determine, com base na análise das equações básicas do modelo de Solow, uma solução para o steady-state e para os valores intermédios de K, L, e Y, com base numa simulação empreendida em Excel;

.Compreenda a diferença entre o equilíbrio de longo prazo no contexto do modelo de Solow e os obstáculos subjacentes à convergência das regiões mais pobres para a média de desenvolvimento das regiões mais ricas;

.Identifique a importância do fator tecnologia na compatibilização das conclusões do modelo de Solow com a realidade empírica;

.Descreva os modelos centro –periferia e modelo de causalidade circular e cumulativa, em contraponto à não existência de convergência absoluta conforme assumido pelo modelo de Solow;

.Descreva e associe os modelos e conceitos de desenvolvimento territorial, tais como os clusters, learning regions e sistemas regionais de inovação, à realidade de desenvolvimento atual na RAM;

.compreenda a importância dos fatores conhecimento, tecnologia e inovação, via breve introdução do modelos de crescimento endógeno;

.Compreenda a dinâmica subjacente ao modelo de base económica e prática com base em dados regionais;

.Produza olhares sobre a dinâmica de crescimento económico, nomeadamente em termos da pluralidade de abordagens (competitiva, defensiva, isolacionista e “doing nothing at all”), do impacto das transferências financeiras da EU e da crescente contestação do conceito de ultraperiferia e insularidade como handicap ao desenvolvimento ;

.Com base na análise da temática da convergência e divergência e história recente da EU e análise empírica da temática, produza conclusões sobre o estágio de convergência das regiões europeias;

.Demonstre capacidade para com base nas estatísticas disponíveis sobre a problemática da convergência, produzir uma análise econométrica simplificada;

.Produzir uma breve referência ao papel da tecnologia e R&D no processo de convergência;

Constam em nota de rodapé vários exemplos de exercícios propostos aos alunos nesta vertente

Bibliografia Essencial

- .Capello, R., (2016), *Regional Economics*, Routledge, Second Edition, pg. 95-114 e 175-204, e 303-316
- .Capello, R., Nijkamp, P., (2010), Revisitar teorias de desenvolvimento regional, in *Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas*, Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp, Editora Principia, pg. 287-318
- .Costa, J., Delgado, A., Godinho, I., (2010), A teoria de base económica, in *Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas*, Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp, Editora Principia
- .Ferro, L. (2014), *Sistemas regionais de inovação: o caso das regiões Portuguesas*, Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Economia e Gestão da Inovação pela Faculdade de Economia do Porto, pg. 4-12
- .Florida, R., (1995), *Toward the learning region*, *Futures* 27 (5), 527-536
- .Jones, Charles, (2002), *Introduction to Economic Growth*, W. W. Norton & Co., 2Rev Ed edition
- .Melo, J., (2010), A problemática e as políticas de desenvolvimento local, in *Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas*, Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp, Editora Principia, pg. 499-518
- .Porter, M., (1998), *Clusters and the new economics of competition*, *Harvard Business Review*, 76 (6), pg. 77-90

- .Santos, J., (2010), Teorias de inovação de base regional, in *Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas*, Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp, Editora Principia, pg. 319-352
- .Silva, M., Silva, S., (2010), Convergência versus divergência, in *Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas*, Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp, Editora Principia, pg. 237-268
- .Silva, M., Silva, S., (2010), Modelos de crescimento regional, in *Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas*, Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp, Editora Principia, pg. 159-229
- .Terluin, I., (2003), Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories, *Journal of Rural Studies*, 19 (3), pg. 327-344,

Bibliografia complementar

- .Baleiras R., (2012), *Casos de Desenvolvimento Regional: Exercícios e Soluções*, Maio 2012, Coordenação de Rui Nuno Baleiras, ISBN: 9789897160394, Editora Principia
- .Costa, J., e Nijkamp, P., (2010), *Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas*, Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp, Editora Principia
- .Guerrero, F. (2006), *Teaching convergence: A contribution*, UNR Economics Working Paper Series, Working Paper No. 06-014, University of Nevada, Reno
- .Lopes, E., (2000), O desenvolvimento das pequenas economias insulares, in *Economia & Prospectiva*, Vol. 13/14 Jul/Dez, 2000. pp.7-20
- .Lorenzen, M. (2005), Why do clusters change ?, *European Urban and Regional Studies*, Vol. 12, No. 3, pp. 203-208
- .Santos, D., (2010), Teorias de inovação de base regional, in *Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas*, Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp, Editora Principia
- .Silva, M., Silva, S., (2010), Convergência versus divergência, in *Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas*, Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp, Editora Principia

Outra Bibliografia

- .O'Sullivan, A. (2007), *Urban Economics*, Irwin, Chicago, 2007. ISBN: 978-0-07-298476-7(13) ((E(K5) 302))
- .Acemoglu, D., (2009), *Introduction to Modern Economic Growth*, Princeton University Press,
- .Aghion, P., Howitt, P., (1998), *Endogenous growth theory*, Cambridge, MA: MIT Press,
- .Barro, R., Sala-i-Martin, X., (2004), *Economic Growth*, Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2004
- .Brakman, S., Garretsen, H., van Marrewijk, C., (2009), *The new introduction to geographical economics*, Cambridge University Press, 2009, ISBN: 978-0-521-87532-5
- .Figueiredo, A., Pessoa, A., SilvaM., (2008), *Crescimento Económico*, Escolar editora, 2008
- .Hoover, E., Giarratani, F., (1999), *An Introduction to Regional Economics*, West Virginia University, 1999 (The WEB Book of Regional Science (www.rri.wvu.edu/WebBook))
- .Grossman, G., Helpman, E., (1991), *Innovation and growth in the global economy*, Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1991
- .Martin, R., Sunley, P. (2002), Deconstructing clusters: chaotic concept or policy panacea?, *Journal of Economic Geography*, Vol. 3, No. 1, pp. 5-35

- .Rosik, P., Sępnia, M., Komornicki, T., (2015), The decade of the big push to roads in Poland: Impact on improvement in accessibility and territorial cohesion from a policy perspective, *Transport Policy*, Vol. 37, 2015, Pages 134-146,
- . Bertram, G. (2006), 'Introduction: The MIRAB Model in the Twenty-First Century', *Asia Pacific Viewpoint*, Vol. 47, pp. 1-14.

3.3.4. Conteúdos programáticos: capítulo 4

Este capítulo (denominado “Outras determinantes do desenvolvimento regional”) pretende oferecer aos alunos conhecimentos essenciais sobre as temáticas e problemáticas das infra-estruturas enquanto “medida” e “instrumento” de política económica, dada a relevância das infra-estruturas no contexto da política de desenvolvimento regional. O capítulo aborda ainda a questão do financiamento da política de desenvolvimento regional, e do papel das autarquias locais e regiões. É prestada atenção especial à questão do desenvolvimento turístico, questão da maior relevância em termos regionais e nacionais. O Capítulo em questão envolve os seguintes subcapítulos:

- 4.1. Análise do papel das infra-estruturas no desenvolvimento regional.
- 4.2. Análise do papel do Estado no desenvolvimento regional.
- 4.3. Turismo e desenvolvimento Regional.

A racionalidade subjacente ao capítulo (e na seleção dos tópicos evidenciada) reside na importância dos temas “infra-estruturas”, “Estado e desenvolvimento regional e local” e turismo, no contexto português, mas também no contexto da periferia. Os conceitos chave analisados neste capítulo visam salientar:

- .as infra-estruturas e desenvolvimento regional; análise do papel infra-estruturas no desenvolvimento regional de acordo com autores clássicos nesta área (Hirschman, Hansen, Biehl) e com base em Banister e Berechman (2001) e Pereira e Pereira (2016); alguns dados sobre a evidência empírica sobre o papel das infra-estruturas no desenvolvimento regional, em termos globais e em Portugal;
- .o papel do Estado na definição das estratégias de desenvolvimento regional; lei das finanças locais e estatuto político administrativo da RAM;
- .a importância do turismo e desenvolvimento regional; multiplicador da despesa, sustentabilidade, otimização vs maximização, limiar de carga e impactos económicos do turismo.

Em termos de resultados da aprendizagem, é expectável que o aluno:

- .Compreenda o papel das infra-estruturas em termos de desenvolvimento regional, assim como o papel simbólico-político e as limitações das mesmas em termos de sustentação de uma dinâmica de desenvolvimento económico sustentável;
- .Compreenda o papel do estado em termos da dinâmica de desenvolvimento regional, finanças locais e desenvolvimento regional; revejam as razões subjacentes à intervenção do Estado na economia e identificação da validade das mesmas ao nível das sub-entidades territoriais; avaliem dos argumentos a favor e contra a descentralização do intervenção do Estado;
- .Tome conhecimento dos poderes e competências das autarquias e das regiões autónomas, da lei das finanças locais e estatuto político-administrativo das RAs e identifique as principais áreas de intervenção dos municípios e das regiões autónomas

.Registe o papel fundamental do setor do turismo no contexto e identifique a importância do setor em termos da dinâmica regional e enquanto motor do crescimento económico das SIDS;

.Discorra sobre os conceitos de multiplicador da despesa, sustentabilidade, otimização vs maximização, limiar de carga e sobre os impactos económicos do turismo.

Bibliografia Essencial

.Baleiras, R., Costa, J., (2010), Finanças e fiscalidade regional e local, in *Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas*, Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp, Editora Principia

.Banister, D., Berechman, Y., (2001), Transport investment and the promotion of economic growth, *Journal of Transport Geography*, 9(3), pg. 209-218,

.Costa, J., (2010), As infra-estruturas colectivas e o desenvolvimento regional, in *Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas*, Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp, Editora Principia

.Delgado, A., Godinho, I., (2010), Medidas de localização das atividades e de especialização regional, in *Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas*, Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp, Editora Principia

.Pereira, A., Pereira, R., (2016), Investimentos em Infra-estruturas em Portugal, FFMS,

.Rodríguez-Pose, A., (2000), Economic convergence and regional development strategies in Spain: The case of Galicia and Navarre, in *Regional development in Europe: An assessment of policy strategies*, EIB Papers Volume 05. n.º1/2000, pg. 89-115

.Silva, J., Perna, F., (2009), Turismo e desenvolvimento auto-sustentado, in *Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas*, Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp, Editora Principia pg. 477-498

Bibliografia complementar

.Helg, R., Peri, G., Viesti, G. (2010), Abruzzo & Sicily: Catching up and lagging behind, in *Regional development in Europe: An assessment of policy strategies*, EIB Papers Volume 05. n.º1/2000, pg. 61-85

.Melo, J., (2010), A problemática e as políticas de desenvolvimento local, in *Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas*, Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp, Editora Principia

.Silva, J. (2012), As Assimetrias Regionais em Portugal: análise da convergência versus divergência ao nível dos municípios, *Dissertação de Mestrado em Economia, Mercados e Políticas Públicas*, pg. 3-32

.Tooman, L. (1997). Applications of the life-cycle model in tourism. *Annals of Tourism*

.Vásquez-Barquero, A., (1995), A evolução recente da política regional: a experiência europeia, *Notas Económicas*. Nº 6, pg. 25-40

Research, 24(1), 214–234.

Outra Bibliografia

.Almeida, A. (2008). 'ICT and sustainable development in an outermost region', unpublished PhD dissertation, University of Newcastle upon Tyne.

.Andrioties, K. (2006), Researching the development gap between the hinterland and the coast – evidence from the island of Crete, *Tourism Management*, 27, 629-639

.Armstrong W. (2004). 'The implications of increasing globalisation and regionalism for the economic growth of small island states'. *World Development*, 24, 111-123

- .Bardolet, E., Sheldon, P. (2008). "Tourism in archipelagos: Hawai'i and the Balearics". *Annals of Tourism Research*, 35(4) pp.900-23
- .Capello, R., Caragliu, A., (2021). Regional growth and disparities in a post-COVID Europe: A new normality scenario, *Journal Regional Science*, 61, pg. 710–727 <https://doi.org/10.1111/jors.12542>
- .García-Falcón, J., and Medina-Munõz, D. (1999), 'Sustainable tourism development in islands, a case study of Gran Canaria', *Business Strategy and the Environment*, Vol 8, No 6, pp 336–357.
- .Garrod, B, Wornell, R. Youell, R. (2006), Re-conceptualising rural resources as countryside capital: The case of rural tourism, in *Journal of Rural Studies*, Vol. 22, pp. 117–128
- .Juknys, R., Liobikienė, G., and Dagiliūtė, R. (2017) Sustainability of Economic Growth and Convergence in Regions of Different Developmental Stages. *Sust. Dev.*, 25: 276–287. doi: 10.1002/sd.1652.
- .Merkaj, E, Lucchetti, R, Fiorillo, F., (2020), The role of local leaders in regional development funding: Evidence from an elite survey, *Journal of Regional Science*, 60: 712– 737. <https://doi.org/10.1111/jors.12482>
- .Porto, M. (2010), *A política regional na União Europeia*, in *Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas*, Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp, Editora Principia
- .Terluin, I. (2003), Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories, in *Journal of Rural Studies*, Vol. 19, pp. 327-344

3.3.5. Conteúdos programáticos: capítulo 5

Este capítulo (As políticas de desenvolvimento regional em Portugal e na UE) engloba 2 subcapítulos: 5.1. A política de desenvolvimento regional comunitária; e 5.2. As políticas de desenvolvimento regional em Portugal. No contexto do primeiro capítulo é discutida a evolução da política de desenvolvimento regional ao nível da UE: do velho paradigma ao novo paradigma. São ainda apresentadas as novas preocupações em termos de desenvolvimento regional ao nível da UE assim como as características e prioridades da política de desenvolvimento da UE atual. A relevância da política comunitária é ilustrada através da sensibilização dos alunos para a importância dos fundos comunitários em Portugal e da descrição das principais características da Estratégia 2020.

No que concerne ao segundo subcapítulo, o mesmo procura essencialmente descrever a evolução da política de desenvolvimento regional em Portugal nas suas debilidades e insucessos. São descritos os conceitos de critérios de base territorial, transversalização das políticas de desenvolvimento e rigidez institucional; e é descrita a necessidade de balancear direitos, coesão e eficiência.

É oferecida uma sequência lógica da evolução das políticas de desenvolvimento regional em Portugal: Mobilidade de fatores, subsídios a fundo perdido, desenvolvimento endógeno, políticas de C&T; eficiência coletiva e aprendizagem coletiva; Políticas de incentivo à mobilidade de fatores; Políticas de promoção do bem estar territorial; Políticas de mobilização e valorização do potencial endógeno das regiões; Promoção e valorização das externalidade de competitividade empresarial; Políticas de robustecimento da espessura institucional das regiões. É ainda descrita a importância da definição de combinações de recursos de desenvolvimento regional inimitáveis, no contexto das dynamic capabilities, com base na resource based theory. Discute-se ainda os problemas das lógicas de afetação numa lógica administrativa-territorial e/ou centralista;

necessidade de incorporação de novos conceitos, novos atores e soluções institucionais e discorre-se sobre qual o papel das agências de desenvolvimento regional no suporte à difusão da capacidade de empreendimento e de iniciativa em processos de desenvolvimento regional e local: Territórios ativos, empreendedores e institucionalmente espessos; Territórios sem iniciativa, resistentes á mudança, e institucionalmente frágeis.

A justificação do presente capítulo é relativamente simples. A evolução das políticas de desenvolvimento territorial e a concretização das políticas de coesão territorial, fundamentais no caso português, dependem grosso modo do financiamento comunitário, padrão que também se aplica à RAM. Outra das razões subjacentes ao capítulo consiste na sensibilização e exposição dos alunos para a terminologia específica no âmbito da temática do desenvolvimento regional e local, assim como o acumular de experiência na identificação e sumarização de informação relevante em sites de referência.

Os conceitos chave desenvolvidos nesta seção são os seguintes:

.Política de desenvolvimento regional: princípios e características; política de desenvolvimento regional comunitária: velho e novo paradigma;

.Estratégia 2020 e Política de coesão 2021-2027;

.Critérios de base territorial, transversalização das políticas de desenvolvimento, rigidez institucional;

.Evolução da política de desenvolvimento regional em Portugal: mobilidade de fatores, subsídios a fundo perdido, desenvolvimento endógeno (desenvolvimento exógeno), políticas de C&T; eficiência coletiva e aprendizagem coletiva; políticas de incentivo à mobilidade de fatores; políticas de promoção do bem estar territorial; políticas de mobilização e valorização do potencial endógeno das regiões; promoção e valorização das externalidade de competitividade empresarial; políticas de robustecimento da espessura institucional das regiões;

Em termos de resultados da aprendizagem, é expectável que o aluno:

.compreenda as implicações evolução da política de desenvolvimento regional ao nível da EU, do velho paradigma ao novo paradigma, em termos das prioridades a serem definidas nos planos de desenvolvimento, a nível regional e local e a nível da alocação dos fundos comunitários;

.Tome conhecimento das novas preocupações em termos de desenvolvimento regional ao nível da EU e das características e prioridades da política de desenvolvimento da EU atual

.Seja sensibilizado para a importância dos fundos comunitários em Portugal e para a evolução da política de desenvolvimento regional em Portugal nas suas debilidades e insucessos;

.Reforce o seu stock de conhecimentos e domínio de terminologia técnica na área do desenvolvimento regional, via análise dos conceitos de critérios de base territorial, transversalização das políticas de desenvolvimento e rigidez institucional; necessidade de balancear direitos, coesão e eficiência;

.Idem, via análise da sequencia lógica da evolução das políticas de desenvolvimento regional em Portugal: -mobilidade de fatores, subsídios a fundo perdido, desenvolvimento endógeno, políticas de C&T; eficiência coletiva e aprendizagem coletiva; Políticas de incentivo à mobilidade de fatores; Políticas de promoção do bem estar territorial; Políticas de mobilização e valorização do potencial endógeno das regiões; Promoção e valorização das externalidade de competitividade empresarial; Políticas de robustecimento da espessura institucional das regiões;

.Reconheça a importância da definição de combinações de recursos de desenvolvimento regional inimitáveis, no contexto das dynamic capabilities, com base na resource based theory, e por extensão, a importância de uma análise multidisciplinar dos problemas

.Reconheça os problemas resultantes das lógicas de afetação numa lógica administrativa-territorial e/ou centralista e necessidade de incorporação de novos conceitos, novos atores e soluções institucionais

.Reconheça o papel das agências de desenvolvimento regional (e dos atores locais) no suporte à difusão da capacidade de empreendimento e de iniciativa em processos de desenvolvimento regional e local: Territórios ativos, empreendedores e institucionalmente espessos; Territórios sem iniciativa, resistentes á mudança, e institucionalmente frágeis

Bibliografia Essencial

.Comissão Europeia (2022), COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES, relativa ao oitavo relatório sobre a coesão: a coesão na Europa no horizonte de 2050 Oitavo relatório sobre a coesão: a coesão na Europa no horizonte de 2050, COM(2022) 34 final

.European Commission, (2021), Cohesion in Europe towards 2050: 8th Cohesion Report, https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/reports/cohesion8/8cr.pdf

.Figueiredo, A. (2010), As políticas e o planeamento do desenvolvimento regional, in Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas, Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp, Editora Principia

.Porto, M. (2010), A política regional na União Europeia, in Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas, Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp, Editora Principia

.Rauhut, D., Humer, A., (2020), EU Cohesion Policy and spatial economic growth: trajectories in economic thought, *European Planning Studies*, 28:11, 2116-2133, DOI:

.Vásquez-Barquero, A., (1995), A evolução recente da política regional: a experiência europeia, *Notas Económicas*. Nº 6, pg. 25-40

10.1080/09654313.2019.1709416

.Amaral, L., (2022), *Economia Portuguesa: As últimas décadas*, *Ensaio da Fundação*, Nº 118, FFMS,

Bibliografia complementar

.Balland, P.-A., Boschma, R., Crespo, J., Rigby, D., (2019) Smart specialization policy in the European Union: relatedness, knowledge complexity and regional diversification, *Regional Studies*, 53:9, 1252-1268, DOI: 10.1080/00343404.2018.1437900

.Conceição, E., (2016), *O Futuro da União Europeia*, *Ensaio da Fundação*, nº 61, FFMS,

.Costa, J. (2016), Cinco décadas de políticas de desenvolvimento regional em Portugal, *ipea, boletim regional, urbano e ambiental*, vol 14, jun. 2016, pg. 73-81

.Crescenzi, R., Fratesi, U., Monastiriotis, V. (2020) Back to the member states? Cohesion Policy and the national challenges to the European Union, *Regional Studies*, 54:1, 5-9, DOI: 10.1080/00343404.2019.1662895

.Crescenzi, R., Giua, M., (2020) One or many Cohesion Policies of the European Union? On the differential economic impacts of Cohesion Policy across member states, *Regional Studies*, 54:1, 10-20, DOI: 10.1080/00343404.2019.1665174

.Fratesi, U., Wislade, F., (2017), The impact of European Cohesion Policy in different contexts, *Regional Studies*, 51:6, pg. 817-821, DOI: 10.1080/00343404.2017.1326673

- .Ionescu, R.-V., Zlati, M., Antohi, V., (2021), European union's regions between cohesion and sustainability, *Technological Forecasting and Social Change*, Vol. 169, 2021, 120862, ISSN 0040-1625
- .McCann, P. (2018), *Modern urban and regional economics*. ISBN: 978-0-19-958200-6
- .Pereira, A. (2013), *Os Investimentos Públicos em Portugal*, *Ensaio da Fundação*, nº 37, FFMS,
- .Pike, A., Rodríguez-Pose, A., Tomaney, J., (2011), *Handbook of Local and Regional Development*, Routledge Taylor-Francis Group London and New York, Handbooks,
- .Rodríguez-Pose, A., Garcilazo, E. (2015). Quality of government and the returns of investment: Examining the impact of Cohesion Expenditure in European regions. *Regional Studies*, 49(8), 1274–1290. doi:10.1080/00343404.2015.1007933
- .Sarmiento, J., (2013), *Parcerias Público-Privadas*, *Ensaio da Fundação*, nº 38, FFMS,
- .Silvestri, F., Spigarelli, F., Tassinari, M., (2020), Regional development of Circular Economy in the European Union: A multidimensional analysis, *Journal of Cleaner Production*, Volume 255, 2020,
- .Stanickova, M., Melecký, L., (2018) Understanding of resilience in the context of regional development using composite index approach: the case of European Union NUTS-2 regions, *Regional Studies, Regional Science*, 5:1, 231-254, DOI: 10.1080/21681376.2018.1470939
- .Tavares, A., (2019), *Administração pública portuguesa*, *Ensaio da Fundação*, Nº 92, FFMS,
- .Teles, F., (2021), *Descentralização e Poder Local em Portugal*, *Ensaio da Fundação*, nº 109, FFMS,

Outra Bibliografia

- .Capello, R., Cerisola, S., (2020) Development patterns and their sources of competitiveness in the EUSALP macro-region, *Regional Studies*, 54:8, 1043-1056, DOI: 10.1080/00343404.2019.1652896
- .Faiña, A., Lopez-Rodriguez, J., Montes-Solla, P., (2020) European Union regional policy and development in Spain: capital widening and productivity stagnation over 1989–2010, *Regional Studies*, 54:1, 106-119, DOI: 10.1080/00343404.2018.1542127

Sites:

- . https://ec.europa.eu/regional_policy/en/policy/what/history/
- . <https://www.portugal2020.pt/content/nova-politica-regional-para-2021-27>
- . https://ec.europa.eu/regional_policy/pt/policy/what/key-achievements/portugal/
- . <https://www.publico.pt/2019/09/16/politica/opiniao/gerir-declinio-nova-politica-desenvolvimento-regional-1886121>

3.3.6. Conteúdos programáticos: capítulo 6

Este capítulo (denominado Sinopse da economia madeirense) engloba dois subcapítulos: 6.1.Dados fundamentais da dinâmica da economia madeirense no período pós-autonomia; e, 6.2.Factores condicionantes de desenvolvimento no contexto da ultraperiferia. O capítulo em questão oferece um resumo da evolução recente da economia madeirense, procurando enquadrar a evolução no contexto da evolução das RUPs. O capítulo remete para os capítulos anteriores, no que concerne a temática das RUPs, aos fatores condicionantes da localização, aos modelos centro-periferia e causalidade cumulativa e circular, sistemas regionais de informação e política de desenvolvimento regional.

Os conceitos chave analisados são os seguintes:

.Economia madeirense: características chave, diagnóstico e potencialidades
.Fatores de crescimento económico nas RUPs

Em termos de resultados da aprendizagem, é expectável que o aluno:

.Conheça quer a evolução recente da economia e sociedade madeirense, quer tendo em conta o que consta dos exercícios de diagnóstico e objetivos visados nos planos de desenvolvimento regional;

.Proceda ao cálculo do emprego básico para a RAM e à construção de modelo econométrico simplificado; utilize dados regionais publicados pela DREM para proceder à análise de clusters e à análise fatorial com base no SPSS;

.Enquadre no contexto dos temas abordados, uma revisão das características e problemas das economias insulares (geográficos, económicos, ao nível dos ecossistemas, gestão da política económica, forte dependência da ajuda externa, ao nível societal);

.Esteja sensibilizado e alerta para as dificuldades de aplicação *tout court* de modelos de desenvolvimento territorial, como os clusters, no contexto da periferia; procure sintetizar os modelos de causalidade circular e cumulativa e centro-periferia, tendo em conta as idiosincrasias da gestão da política económica ao nível das regiões insulares;

.Identifique os fatores de crescimento económico no contexto das RUPs, assim como as debilidades e desafios das RUPs em decorrência da alteração da política comunitária.

Bibliografia Essencial

.Andrade, J., (2018), Salário mínimo, (des)emprego e produtividade: uma análise para os Açores, Tese de Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais,

.Cross, M.; Nutley, S. Insularity and accessibility: The small island communities of Western Ireland. *J. Rural. Stud.* 1999, 15, 317–330

.Fortuna, M., (2010), A problemática das regiões ultra-periféricas, in *Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas*, Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp, Editora Principia

.Furtado, N., (2016), O impacto económico do Porto de Ponta Delgada, Tese de Mestrado em Gestão de Empresas

.Hampton, M., Christensen, J., (2002), Offshore Pariahs? Small Island Economies, Tax Havens, and the Re-configuration of Global Finance, *World Development*, 30 (9), pg. 1657-1673,

.Hezel, F. (2012), Pacific Island Nations: How Viable Are Their Economies?, *Pacific Island Policy* 7, East-West center

.Instituto de Desenvolvimento Regional, (2013), *Diagnóstico Prospectivo Regional, CompromissoMadeira@2020*

.Isard, W., Azis, I., Drennan, Miller, R., Slatzman, S., Thorbecke, E., (1998), *Methods of Interregional and Regional Analysis*, Ashgate Publishing Company, pg. 135-210

.Ismeri Europa (2011), *Fatores de crescimento nas Regiões Ultraperiféricas*, CONTRATO N° 2009.CE.16.0.AT.101

.Ismeri Europa (2011), *Growth Factors in the Outermost Regions, Final Report Vol. I*, CONTRACT N°2009.CE.16.0.AT.101

.Murray, W., (2001), The second wave of globalisation and agrarian change in the Pacific Islands, *Journal of Rural Studies*, 17(2), pg135-148

Ismeri Europa (2011), *Growth Factors in the Outermost Regions, Final Report Vol. II*, CONTRACT N°2009.CE.16.0.AT.101

Bibliografia complementar

.Brochado, A., (2011), A análise de clusters: técnica de classificação na análise espacial, in *Compêndio de Economia Regional - Volume II: métodos e técnicas de análise regional*. Comissão Europeia (2020), Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité económica e social europeu, ao Comité das Regiões e ao Banco Europeu de Investimento, relativo à aplicação da Comunicação da Comissão sobre uma parceria estratégica reforçada e renovada com as regiões ultraperiféricas da EU, COM(2020) 104 final

European Commission (2011), *The urban and regional dimension of Europe 2020 Seventh progress report on economic, social and territorial cohesion*, ISBN 978-92-79-21727-2

Outra Bibliografia

.Almeida, A. (2011), “30 anos de desenvolvimento na Região Autónoma da Madeira: para lá da problemática da gestão das finanças públicas”, in *Casos de Desenvolvimento Regional*, Coordenação de Rui Nuno Baleiras, APDR 2011, Editora Principia, pg. 715-726

.Almeida, A. (2011), “Anexo Estatístico, in *A experiência de desenvolvimento socioeconómico regional: uma abordagem multidisciplinar sobre a Madeira*”, pg. 12-16

.Almeida, A., (2012), “Resolução de Exercícios”, in *Casos de Desenvolvimento Regional*, APDR, 2011, Editora Principia, pg. 233-237

.Almeida, A., Rodrigues, R. (2011), “Introdução”, in *A experiência de desenvolvimento socioeconómico regional: uma abordagem multidisciplinar sobre a Madeira*, pg.4-11

.Bailly, Antoine; Gibson, Lay; Batey, Peter; Lopes, António Simões, *The role of universities in the development of regions: Teaching Regional Science in 2005*, *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, nº 9, p. 91-106

.Baldacchino, G., (2006), *Small Islands versus Big Cities: Lessons in the Political Economy of Regional Development from the World's Small Islands*, *Journal of Technology Transfer*, 31, pg. 91–100

.Baleiras R., (2012), *Casos de Desenvolvimento Regional: Exercícios e Soluções*, Maio 2012, Coordenação de Rui Nuno Baleiras, ISBN: 9789897160394, Editora Principia

.Baleiras, R., Costa, J., (2010), *Finanças e fiscalidade regional e local*, in *Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas*, Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp, Editora Principia

.Banister, D., Berechman, Y., (2001), *Transport investment and the promotion of economic growth*, *Journal of Transport Geography*, 9(3), pg. 209-218,

.Comissão Europeia (2020), Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité económica e social europeu, ao Comité das Regiões e ao Banco Europeu de Investimento, relativo à aplicação da Comunicação da Comissão sobre uma parceria estratégica reforçada e renovada com as regiões ultraperiféricas da EU, COM(2020) 104 final

.Costa, J., (2010), *As infra-estruturas colectivas e o desenvolvimento regional*, in *Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas*, Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp, Editora Principia

.Cross, M.; Nutley, S. *Insularity and accessibility: The small island communities of Western Ireland*. *J. Rural. Stud.* 1999, 15, 317–330

.Delgada, A., Godinho, I., (2011), *Medidas de localização das atividades de especialização regional*, in *Compêndio de Economia Regional*, vol II, métodos e técnicas

de análise regional, Edit. Costa, J., Dentinho, T., Nijkamp, P., Editora Princípia, pg. 15-36

.Dentinho, T., (2011), Modelos gravitacionais, in *Compêndio de Economia Regional*, vol II, métodos e técnicas de análise regional, Edit. Costa, J., Dentinho, T., Nijkamp, P., Editora Princípia, pg. 609-640

.Ferro, L. (2014), *Sistemas regionais de inovação: o caso das regiões Portuguesas*, Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Economia e Gestão da Inovação pela Faculdade de Economia do Porto, pg. 4-12

.Florida, R., (1995), Toward the learning region, *Futures* 27 (5), 527-536

.Fortuna, M., (2010), A problemática das regiões ultra-periféricas, in *Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas*, Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp, Editora Princípia

.Fortuna, M., Maciel, R., (2020), *O Turismo na Economia dos Açores: Do Arranque do Século XXI à Pandemia de 2020*. Ponta Delgada, Edição CEEAplA, Universidade dos Açores, 2020.

.Guerrero, F. (2006), Teaching convergence: A contribution, UNR Economics Working Paper Series, Working Paper No. 06-014, University of Nevada, Reno

.Hampton, M., Christensen, J., (2002), Offshore Pariahs? Small Island Economies, Tax Havens, and the Re-configuration of Global Finance, *World Development*, 30 (9), pg. 1657-1673,

.Helg, R., Peri, G., Viesti, G. (2010), Abruzzo & Sicily: Catching up and lagging behind, in *Regional development in Europe: An assessment of policy strategies*, EIB Papers Volume 05. n°1/2000, pg. 61-85

.Hezel, F. (2012), Pacific Island Nations: How Viable Are Their Economies?, *Pacific Island Policy* 7, East-West center

.Hoyle, B., Biagini, E., (1999), Islands, insularity and development strategies, in *Insularity and Development International Perspectives on Islands*, pp. 358-370, Edited by Emilio Biagini and Brian Hoyle, Island Studies Series Printer London and New York

.Instituto de Desenvolvimento Regional, (2013), *Diagnostico Prospectivo Regional, CompromissoMadeira@2020*

.Isard, W., Azis, I., Drennan, Miller, R., Slatzman, S., Thorbecke, E., (1998), *Methods of Interregional and Regional Analysis*, Ashgate Publishing Company, pg. 7-40; 41-134; 243-280;

.Lopes, A., (1995), *Desenvolvimento Regional Problemática, teoria, modelos* (5ª Edição), Fundação Calouste Gulbenkian .pg. 3.5.2 (218-235)

.Luis, J. (2004), The role of inter-island air transport in the Canary Islands, *Journal of Transport Geography*, Vol. 12, pp. 235-244

.Maciel, R., (2018), *Turismo e emprego nos Açores: uma abordagem com contas satélite*, Tese de Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, Universidade dos Açores

.Martins, J., (2021), The Validity of the Tourism-led-growth Hypothesis in the Autonomous Region of Madeira, Tese de Mestrado em Gestão, Universidade do Porto

.Melo, J., (2010), A problemática e as políticas de desenvolvimento local, in *Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas*, Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp, Editora Princípia

.Monfort, P., (2008), Convergence of EU regions Measures and evolution, Working Papers, European Union Regional Policy, n° 01/2008

.Murray, W., (2001), The second wave of globalisation and agrarian change in the Pacific Islands, *Journal of Rural Studies*, 17(2), pg135-148

.Pelling, M., Uitto, J., (2001), Small island developing states: natural disaster vulnerability and global change, *Environmental Hazards*, Vol.3, pp. 49-62

- .Porter, M., (1998), Clusters and the new economics of competition, *Harvard Business Review*, 76 (6), pg. 77-90
- .Porto, M. (2010), A política regional na União Europeia, in *Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas*, Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp, Editora Principia
- .Ramos, P., Sargento, A., (2011), Modelos regionais de input-output, in *Compêndio de Economia Regional*, vol II, métodos e técnicas de análise regional, Edit. Costa, J., Dentinho, T., Nijkamp, P., Editora Principia, pg. 449-478
- .Raoulx, B., (1999), From the Faroes to Falklands. A comparative analysis of Atlantic Islands Societies, in *Insularity and development, International perspectives on islands*, Edited by Emilio Biagini and Lino Briguglio, Published by Pinter
- .Ribeira, A., (2011), Modelos de regressão territorial, in *Compêndio de Economia Regional*, vol II, métodos e técnicas de análise regional, Edit. Costa, J., Dentinho, T., Nijkamp, P., Editora Principia, pg. 297-342
- .Rodríguez-Pose, A., (2000), Economic convergence and regional development strategies in Spain: The case of Galicia and Navarre, in *Regional development in Europe: An assessment of policy strategies*, EIB Papers Volume 05. nº1/2000, pg. 89-115
- .Santos, D., (2010), Teorias de inovação de base regional, in *Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas*, Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp, Editora Principia
- .Shareef, R., Hoti, S., (2005), Small island tourism economies and country risk rating, in *Mathematics and Computers in Simulation* , Vol. 68, pp. 557-570
- .Sharpley, R., (2003), Tourism, modernisation and development on the Island of Cyprus. Challenges and policy responses, in *Journal of Sustainable Tourism*, Vol. 11, No. 2&3, 2003, pp. 246-265
- .Silva, J. (2012), As Assimetrias Regionais em Portugal: análise da convergência versus divergência ao nível dos municípios, *Dissertação de Mestrado em Economia, Mercados e Políticas Públicas*, pg. 3-32
- .Silva, J., (2011), A análise de componentes de variação, in *Compêndio de Economia Regional*, vol II, métodos e técnicas de análise regional, Edit. Costa, J., Dentinho, T., Nijkamp, P., Editora Principia, pg. 439-448
- .Silva, M., Silva, S., (2010), Modelos de crescimento regional, in *Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas*, Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp, Editora Principia
- .Silva, M., Silva, S., (2010), Convergência versus divergência, in *Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas*, Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp, Editora Principia
- .Soares, J., Meireles, A., (2011), Análise fatorial aplicada à ciência regional, in *Compêndio de Economia Regional*, vol II, métodos e técnicas de análise regional, Edit. Costa, J., Dentinho, T., Nijkamp, P., Editora Principia, pg. 79-110
- .Terluin, I., (2003), Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories, *Journal of Rural Studies*, 19 (3), pg. 327-344,
- .Tisdell, C., (2014), The MIRAB Model of Small Island Economies in the Pacific and their Security Issues: A Draft, Working or Discussion Paper, 10.22004/ag.econ.163698
- .Tooman, L. (1997). Applications of the life-cycle model in tourism. *Annals of Tourism Research*
- .Vásquez-Barquero, A., (1995), A evolução recente da política regional: a experiência europeia, *Notas Económicas*. Nº 6, pg. 25-40

Sites

<https://www.europarl.europa.eu/factsheets/en/sheet/100/outermost-regions-ors->

3.4. Competências a desenvolver pelos alunos

Em complemento à informação já referida na descrição dos conteúdos acima, e malgrado o facto de se estar a repetir informação, lista-se de seguida a informação incluída no Slide Teórico 1, no que respeita a objetivos de aprendizagem específicos, e aos resultados expectáveis em termos de aprendizagem. Um exercício similar deverá ser produzido pelo aluno de mestrado, relativamente a cada capítulo.

.adquirir um conhecimento razoável e capacidade de compreensão dos problemas contemporâneos na área do desenvolvimento regional com especial ênfase na problemática da ultraperiferia, percebendo para o efeito a importância do espaço e das unidades territoriais sub-nacionais;

.adquirir um conhecimento razoável das políticas de desenvolvimento regional no quadro da afirmação da knowledge economy, da evolução da política de desenvolvimento económica da União Europeia e da política de desenvolvimento regional emanada de Bruxelas, e da progressiva autonomização das políticas de desenvolvimento local;

.compreender a problemática do desenvolvimento regional no contexto da União Europeia, e adquirir conhecimentos transcritos na capacidade de formular juízos de valor e analisar fundamentadamente e de forma crítica problemas concretos que lhe sejam apresentados;

.compreender as mudanças em curso em termos da política de desenvolvimento regional ao nível da UE;

.capacidade de resolução de problemas 'simples' no âmbito desta problemática, com recurso a tratamento de dados estatísticos relevantes;

.capacidade de utilização de dados publicados para cálculos simples e produção de indicadores simplificados, e estimações econométricas simples;

.conhecimentos básicos sobre a dinâmica dos modelos de equilíbrio e desequilíbrio;

.capacidade de analisar, sintetizar e transformar dados estatísticos e discutir os resultados decorrentes da análise com base na redação de sumulas/ sínteses;

.capacidade para procurar e selecionar informação relevante em sites relevantes (DREM, INE, Comissão Europeia, etc, etc)

.ainda, capacidade de apresentar sínteses, resumos e ensaios, redigidos de forma coerente, sustentada e crítica, capacidade essa transcrita no desenvolvimento de competências individuais, assim como a capacidade para utilizar informação relevante disponível na Internet (em especial relativa a dados estatísticos regionais e comunitários) e da Biblioteca da Uma

.dos itens anteriores resultará a capacidade para delinear um plano de trabalho, organizar informação e gerir o tempo;

.capacidade de identificação dos desafios e obstáculos predominantes no contexto da ultraperiferia;

.capacidade para pensar e formular soluções para problemas de desenvolvimento regional;

É ainda afirmado que, de forma genérica, a UC de ER visa proporcionar aos alunos conhecimentos teóricos e prática ao nível da temática do desenvolvimento regional, alertando-os para a relevância do tema no contexto da insularidade e para a necessidade

de aquisição de experiência no tratamento de dados e desenvolvimento de competências requeridas no contexto das organizações. É referido que a UC reconhece a importância do espaço e das subunidades territoriais regionais e locais, testando os alunos na identificação de informação relevante, salientando a importância da análise de dados estatísticos e respetivo tratamento. É notado que a UC permite conhecer as principais teorias na área, culminando na aplicação de conhecimentos na compreensão da dinâmica de desenvolvimento regional da RAM. Dado que a UC é lecionada na sua vertente atual a alunos de Gestão, que carecem de conhecimentos formais de econometria, e também numa versão simplificada a alunos do MERL, os objetivos sofreram algumas adaptações para acomodar backgrounds diferentes e expectativas científicas heterogéneas.

Utiliza-se este espaço para destacar que no intuito de oferecer uma visão prática da UC e potenciar a aprendizagem, recorreu-se de forma extensiva a análise de documentos atuais e base de dados, conforme se ilustra no exemplo de exercícios.

Decorre da lista acima, e da informação já prestada anteriormente, mas agora num formato partilhado com os alunos, que a UC visa desenvolver um conjunto de competências genéricas tais como:

1. Competências de comunicação oral e escrita, transcritas numa produção de texto sintética, objetiva e fundamentada, questão da maior importância como demonstra o trabalho do autor ao nível da orientação de teses de mestrado
2. Explorar bases de dados e outros recursos existentes, de forma a sintetizar a informação em formato de gráfico, e com recurso a número síntese;
3. Compreender a necessidade de utilização da terminologia técnica, apropriada ao contexto da disciplina, questão relacionado com o ponto 1;
4. Incentivar o contacto com diferentes tipos de públicos, com formação de base científica diferenciada, dado a relevância patente da história, ciência política e estatística na análise da problemática do desenvolvimento regional;
5. Ganhar experiência na realização de trabalhos de grupo, aprendendo a lidar com públicos diferentes e personalidades complexas
6. Ganhar experiência na realização de trabalhos com cariz econométrico, e na transmissão das informações e resultados obtidos por essa via.

Em adição à informação já referida no relatório, mas também num formato partilhado com os alunos, no final da UC os mesmos deverão:

- .compreender alguns dos modelos de desenvolvimento territorial mais ilustrativos nomeadamente os conceitos de cluster, learning region e sistema regional de inovação;
- .compreender a natureza exigente do novo paradigma de desenvolvimento regional no contexto europeu e a mudança de tom relativamente às RUPS;
- .utilizar técnicas estatísticas simples, e análise econométrica elementar para identificar relações causais básicas entre variáveis de interesse;
- .compreender a importância do território e do espaço no configurar das atividades económicas e no desenvolvimento de fatores de competitividade

Os alunos também são avisados que idealmente, e explicitamente, pretende-se contribuir para o desenvolvimento das suas competências profissionais, e (ainda que marginalmente) para a sua personalidade, e para a sua capacidade de adaptação às novas exigências, num mundo caótico, e hiper concorrencial, o que se julga poder ser atingido via:

- .Desenvolvimento da capacidade de trabalhar em equipa, ou pelo menos da capacidade de definir mínimos denominadores comuns em termos de convivialidade, num contexto de grupos formados ad-hoc, com personalidades diversas em termos de introversão/extroversão carisma, etc, questão que se coloca de forma prática sobretudo quando a avaliação prevê trabalhos de grupo;
- .Responsabilidade, dever e capacidade de iniciativa na resolução de problemas;
- .Participação proactiva nas decisões e atividades de grupo;
- .Necessidade de análise prévia dos problemas e temáticas, de forma autónoma e respetiva documentação
- .Sensibilização para a necessidade do desenvolvimento de intuição lógica numérica-estatística, para efeitos da avaliação da plausibilidade de soluções e informação veiculada na comunicação social.

É referido de forma usual que se visa desenvolver uma atitude crítica e interesse na discussão e análise de ideias. É também sugerido que se visa incentivar a criatividade e inovação, uma atitude ética e rigor científico. Contudo a prática sugere que existem limites práticos relativamente ao atingir destes “nobres” e “excelsos” objetivos. Na “Lição” indica-se um conjunto de considerações de índole pedagógica adicionais que presidem à escolha dos método ensino-aprendizagem, questões também relevantes ao longo do tempo, na seleção dos conteúdos, numa vertente mais micro.

3.5 Linhas orientadoras na prática pedagógica na UC

No âmbito do Relatório da Disciplina apresentado para efeitos de participação em Concurso documental interno para preenchimento de uma vaga de professor associado procurei definir o que se designei por contrato didático (expressão desenvolvida por César (2008, pg. 73)), assente num conjunto de princípios didático-pedagógicos, epistemológicos e éticos, obviamente sujeitos ao estipulado no Regulamento de Avaliação em vigor na Uma, em linha com as perceções que o docente abraça e/ou que resultam do seu percurso profissional. Obviamente que a importância e grau de comprometimento afeto à componente letiva da distribuição de serviço devem ser também considerados neste respeito. A descrição que se segue, assinalada entre aspas, reproduz na sua essência o referido no Relatório da Disciplina. Grosso modo, o contrato didático assenta na coresponsabilização docente-discentes no que se refere ao processo de ensino aprendizagem e à praxis da avaliação, tendo em conta a experiência prática decorrentes de 27 anos de lecionação. Os princípios definidos e comunicados aos alunos são os seguintes:

- “”1) compete ao docente expor e identificar conhecimentos essenciais, recorrendo de forma inevitável em certa medida ao método expositivo (magistral), mas enfatizando a resolução de exercícios e o estudo de casos conforme subjacente ao processo de Bolonha; compete ainda ao docente explicitar adequadamente o enquadramento teórico, legal, societal e o cartografar a sequencia causal lógica de sequenciação de conceitos e sinalizar a bibliografia essencial; compete ainda ao docente manter-se atualizado relativamente à evolução que ocorra a nível conceptual;
- 2) assunção que o docente não é o responsável único pelos resultados finais, dado parte do sucesso depender da atitude do aluno, que deve afetar um caudal de recursos (tempo de qualidade) adequado para assegurar a apropriação dos conceitos; assume-se que compete ao aluno, em linha com o processo de Bolonha, arcar com a sua quota parte de responsabilidade no processo de ensino-aprendizagem, consumindo recursos (tempo) e

assumindo a obrigação de “co-elaborar” e participar ativamente na aquisição de conhecimentos e no desenvolvimento de competências essenciais para o mercado de trabalho, e no reconhecimento da existência inevitável de um quadro de referencia teórico (eivado de apreciações sociais, políticas individuais) que o mesmo deve reconhecer e transformar; compete ainda ao aluno assumir os custos inerentes ao aprofundamento dos tópicos que considere particularmente relevantes num contexto extra aula;

3) assunção da existência de conhecimentos estruturantes e competências fundamentais (ex. numéricas, análise estatística, síntese de informação) a serem desenvolvidos, malgrado o custo que os mesmos envolvem, objetivo atingível desde que se afetem recursos suficientes para tal;

4) a co-responsabilidade dos alunos transcreve-se também no reconhecimento do processo de avaliação na aula introdutória, nomeadamente no que se refere a datas, em linha com o regulamento de avaliação em vigor; ainda no campo da avaliação desenvolve-se um esforço de desdramatização do processo de avaliação através da partilha prévia de notas pedagógicas consubstanciadas na identificação das matérias alvo de apreciação em sede de avaliação e da bibliografia chave e na disponibilização de provas modelo resolvidas;

5) reconhecimento da possibilidade de emitir e redigir opiniões diferentes das propostas na aula (óbvio), desde que devidamente justificados e fundamentadas do ponto de vista científico e técnico, e sobretudo desde que vocalizadas num tom de respeito para com os presentes;

6) apelo ao usufruto e exploração do “ambiente securizante” (César, 2008, pg. 33) para efeitos de desenvolvimento de competências e teste da capacidade de resolução de problemas, quer através da participação em “processos negociais” relativos a “alteração” datas de frequências, quando tal se afigure necessário, quer relativamente à inclusão ou exclusão de matérias para efeitos (por razões pontuais de problemas de calendário, quer através do incentivo à resolução de exercícios e desenvolvimento de competências no quadro das aulas (cite-se a título de exemplo o apelo continuo a à resolução de exercícios no Excel e SPSS, dado introduzirem os alunos ao problema da modelização); ainda no campo da avaliação, a possibilidade de apropriação “segura” de temáticas mais distanciadas da zona de conforto do aluno; o “ambiente securizante” é ainda salientado no contexto do treino da compreensão da essência dos problemas e do definir e implementar heurísticas de resolução de problemas; por “ambiente securizante” pretende-se referir o acumular de experiência na resolução de exercícios e tratamento de dados num formato Excel, com base dados “reais” publicados pela Direção Regional de Estatística, em linha com o exercício de funções técnicas num ambiente de trabalho, mas sem as consequências potencialmente dramáticas possíveis num contexto real no caso de erro (cálculos e conclusões errados ou incapacidade de resolução do problema, avaliação negativa por parte da entidade patronal, não renovação do contrato, etc, ...).

7) aceitação da não existência de facilitismo exagerado, traduzido em classificações estatisticamente infrequentes (ex. elevada percentagem de classificações iguais ou superiores a 18); relativamente ao ano de 2021, a média da época normal rondou os 13,4, tratando-se de um ano excecional, explicado pelo efeito COVID e recurso a trabalhos de grupo para efeitos de avaliação, com a atribuição de 4 classificações 18, classificação não atribuída quer em 2020, quer em 2019;

8)O contrato didático pressupõe ainda (implicitamente) a valorização (e um forte encorajamento por parte do docente) da Universidade como meio de mobilidade social e como fator multiplicador de opções em termos profissionais; é referido com frequência a problemática da repetição dos percursos escolares de pais e filhos, por exemplo, no que

se refere à matemática; trata-se de uma questão abordada de forma explícita, mas politicamente neutra;

9) É ainda admitida e valorizada explicitamente, numa ótica de co-responsabilização e transparência, a questão dos inquéritos aos alunos, elemento tido por importante. É ainda verbalizado, e constatado na prática, a possibilidade de expressarem opiniões, preferências e sugestões, conforme referido acima.””

Obviamente que o contrato didático incorpora os pressupostos do processo de Bolonha, no que se refere ao incentivo a uma postura participativa, e sobretudo no que se refere à autonomia na aprendizagem e à co-construção do saber e à responsabilidade dos alunos. Embora os aspetos referenciados nestas linhas possam ser interpretados como “banalidades”, julgo existirem vantagens óbvias, nos tempos que correm, na formulação explícita e formal dos mesmos. O contrato didático transcrito nestas linhas, é igualmente comunicado aos restantes alunos/UCs.

Num cenário ideal, em que o aluno desempenhe funções compatíveis com a sua formação, a probabilidade de ter de executar tarefas similares às realizadas nas aulas teórico-práticas é elevada, por exemplo no que respeita à análise de dados e documentos emanados das entidades oficiais, pelo que a experiência acumulada no tratamento de dados (com a sua quota parte de formação in loco em funções chave do Excel e em de erros de cálculo e apreciação) permite um “ganho de tempo” e de eficiência num cenário real, ajudando o aluno a definir uma ordem de trabalhos e heurísticas ad-hoc para a resolução de problemas. Idem, relativamente às competências de redação de texto, num formato lógico, claro e objetivo e transparente, “tão do agrado” de gestores e afins.

Obviamente que se espera que o aluno assuma um comportamento e atitude profissional no decurso das aulas. Decorrente dos pontos anteriores, em especial do ponto 7, que se assegura um ambiente agradável, com foi referido, que apela à participação, à partilha de ideias e opiniões e à discussão de temas, dentro de limites (sobretudo de tempo).

Sobre os aspetos práticos da lecionação. Confirme referido, a UC de Economia Regional é oferecida a alunos de Economia (obrigatória) e a alunos de Gestão, num formato opcional. Trata-se de uma UC semestral, com 6 ECTS atribuídos, o que corresponde a um total de 168 horas de trabalho, das quais 64 de contacto (32 horas T; 32 horas TP). O total de horas de contacto encontra-se distribuído por 12 a 16 semanas. As aulas teóricas centram-se mais na exposição de conteúdos, via método expositivo. Contudo, e para efeitos de gestão da atenção (por parte dos alunos), e para a ilustração dos temas abarcados, na sua diversidade de pontos de vista teórico-políticos e para identificação das causas/contextos e efeitos, recorre-se crescentemente à partilha e comentário de notícias atuais de interesse de sites de referência (BBC, The Guardian, Expresso, Público, The Economist, etc⁷), à chamada de atenção para a publicação de dados ou de estatísticas recentes (por exemplo, por parte da Direção Regional de Estatística da Madeira ou do INE) e o seu significado, e para websites de relevo, etc⁸.

Dada a experiência acumulada pelo docente ao longo dos anos, foi possível verter o conteúdo essencial dos manuais e artigos, nos ppt de apoio às aulas. De qualquer forma os alunos são alertados nas chamadas “nota pedagógicas” enviadas antes da data da

⁷ A seleção dos média indicados nesta linha resulta quer do acesso online grátis, ou do facto de ter pago uma subscrição semestral, procurando assegurar uma certa diversidade em termos do espectro político.

⁸ Conforme referido acima, a apresentação e discussão de casos de estudo, notícias ou referências a estudos e planos estratégicos em grupo é uma das vertentes valorizadas no âmbito desta UC. Com esta abordagem procura-se sensibilizar os alunos para a necessidade de interligarem conhecimentos teóricos com a realidade económica e social e empresarial, utilizando as ferramentas teóricas como elementos de análise da realidade económico-social, de forma a poderem utilizar o jargão técnico da área de estudos. A documentação necessária para efeitos, é disponibilizada no SIDOC ou partilhada pelos alunos via email.

frequência das referências bibliográficas fundamentais, e para os conteúdos complementares acessíveis nos diversos recursos da Internet. A maioria destes recursos são de utilização livre. No âmbito da UC são referenciados diversos artigos científicos em jornais de referência, embora num regime de consulta facultativa, para os alunos interessados em obter pontos de vista diferenciados sobre os temas abarcados e sobretudo para aprenderem a gerir o excesso de informação.

Pretende-se com a abordagem seguida nesta UC, no que se refere ao modelo de ensino-aprendizagem, que os alunos aprendam a pesquisar, a identificar informação relevante e a produzir numa fase posterior sínteses e/ou relatórios. Em certa medida, procura-se utilizar “casos de estudos”, relativo às experiências de determinadas regiões e ou atores, e a visualização de vídeos/reportagens que ilustrem as temáticas em análise que ajudem a criar quadros mentais e/ou a refletir criticamente e criativamente sobre a realidade socioeconómica. Obviamente que se incentiva a participação dos alunos, embora a mesma tenda a ser muito comedida.

As aulas práticas permitem uma aprendizagem mais ativa, através da realização de exercícios práticos, que envolvem cálculos, utilização de dados estatísticos reais, análise econométrica simplificada, utilização do Excel, STATA e SPSS. No caso dos grupos de trabalho, os mesmos procuram na prática replicar a redação de um relatório. Neste caso pretende-se desenvolver capacidade de análise de informação, prática da redação de versões sucessivamente melhoradas⁹, planeamento e coordenação de trabalho de equipa. Procurar-se-á de futuro melhorar a experiência ao nível da utilização das redes sociais para efeitos de potenciação da partilha, interação no contexto do processo de ensino aprendizagem, ao longo de todo o semestre, numa tentativa de replica das experiências atuais no mundo laboral.

As obras de referência essencial estão disponíveis na Biblioteca, ou são acessíveis na Internet sem custos. Ainda e sempre que possível, artigos e outros são disponibilizados via email ou no sistema SIDOC.

As várias metodologias e estratégias de ensino-aprendizagem centram-se idealmente no desenvolvimento das capacidades de aprendizagem dos alunos, nas suas várias vertentes, incluindo a expressão oral. Embora existam vantagens em utilizar questões (método interrogativo), no decorrer das aulas, e no estudo de casos, a utilização do mesmo é pouco frequente, pelas razões indicadas acima. Recorre-se mais, para efeitos de aprendizagem participativa, à ilustração da aplicação de técnicas estatísticas, à resolução de problemas práticos, a análise de textos e artigos publicados nos média de referência.

Idealmente a seleção das estratégias de aprendizagem-ensino pressupõe que se visa a exposição dos conteúdos num formato que seja sequencial, coerente e apelativo e de acordo com “lógica” mais usual na área científica em questão. Interessa obviamente evitar métodos casuísticos, desorganizados, aleatórios ou experimentalistas. Na identificação das melhores técnicas pedagógicas temos de ter em conta o público-alvo e as preferências do mesmo relativamente a técnicas pedagógicas estabelecidas, os objetivos de aprendizagem, o tipo de aula (teórica, teórico-prática, prática, regime diurno ou noturno), os resultados e os objetivos pretendidos, e a reação do público ao evoluir das aulas. Contudo é difícil por vezes por os alunos a pensar como um economista, sobretudo ao nível da licenciatura (Ray, 2018). Pelo que muitas vezes, “o caminho faz-se caminhando”, dado se constatar nos dias que correm uma variação significativa no perfil dos alunos de “um ano para o outro”.

Embora não deixe de ser verdade que o docente deve motivar e despertar interesse, e ser atrativo e de certa forma carismático ao expor e resolver exercícios, não posso deixar de

⁹ Para o efeito, o docente da UC alerta para o facto de estar disponível para a leitura de amostra (2/3 páginas do trabalho), para determinar da adequabilidade da redação à qualidade exigida. Idem para apoio na utilização do STATA.

considerar relevantes em parte as considerações expressas por Rocha (2016, pg. 38) e que cito em nota de rodapé¹⁰. Obviamente que valorizo o contrato didático identificado neste relatório, no que concerne à co-responsabilização docentes-discentes. O docente deve assegurar excelência em termos de aulas bem preparadas, ilustradas e contextualizadas, e oferecer materiais de apoio (ex. slides) suficientemente detalhados, sendo “sensível” às reações (sobretudo de interesse vs desinteresse, etc) e reclamações dos alunos, improvisando se necessário, e testando novas abordagens, também se necessário, durante o semestre. Contudo, aprender implica esforço, monotonia, resiliência e eventualmente “lidar” com docentes menos dotados para a pedagogia, tal como ocorrerá mais tarde nos seus locais de trabalho, onde se confrontarão com “chefias” muito diversas na sua personalidade, capacidade de comunicação e de liderança. Gostaria de referir perguntar com alguma frequência, diretamente aos alunos, “como é que as coisas estão a correr”, para efeitos de identificação de necessidade de correção da trajetória.

Geralmente, as estratégias pedagógicas standard na área da economia implicam a lecionação dos tópicos e conceitos num registo consequencial, lógico, previsível (tendo em conta a estruturação do índice de tópicos nos manuais de referência). No entanto dada a natureza e objetivos da UC, ao ser necessário optar e selecionar um conjunto de conceitos diversos, cabe ao docente uma dimensão de gestor de emoções, apelando para a leitura de outras obras para efeitos de aprofundamento dos temas, até para efeitos de treino dos alunos na análise e contextualização autónoma de factos e realidades do quotidiano, e, por conseguinte, do desenvolvimento de competências e de aquisição de experiência para efeitos de investigação. Compete ainda ao docente “fazer pontes” entre temas tão diversos como os fatores de localização da atividade económica e o modelo de base económica.

As estratégias pedagógicas tiveram em conta a natureza genérica e abrangente da UC, e várias condicionantes identificadas acima. Em termos muito práticos, a estratégia de lecionação assenta geralmente na introdução, exemplificação e contextualização da temática, seguida da identificação dos conceitos e teorias chave, mais análise de documentos e/ou debate quando julgado necessário, seguido da resolução de exercícios. De forma geral a componente de debate e participação é mínima devido à baixa

¹⁰ “i) Em primeiro lugar, a ideia de que parece ressaltar de todo o processo a desvalorização do conhecimento adquirido de modo racional, dedutivo, abstrato, lógico, tipificado e linear, em contraposição à ênfase dada ao conhecimento sensível, indutivo, intuitivo, concreto, em rede e policêntrico. Na Universidade atual, a imagem e o esquema tomam cada vez mais o lugar do texto, do manual e das lições, desincentivando o gosto pela aprendizagem extensiva e duradoura, em detrimento de uma aprendizagem porventura mais momentânea e contingente, embora mais apelativa;

ii) Em segundo lugar, parece assumir-se que o objetivo primordial do ator letivo professor passou a ser a persuasão ou a arte do convencimento, procurando fazer crer ao aluno que ele deve “gostar” do que é ensinado, e não tanto que ele deve apreender (e aprender) conteúdos sólidos. Com uma acentuada dose de ironia e de exagero, quase se diria que a Universidade científico-formativa cede o seu lugar à universidade recreativa e aprazível;

iii) Em terceiro lugar, por via do dogma da aquisição de competências (e não de conhecimentos), procura-se que releve a supremacia do saber técnico sobre o saber científico e especulativo. Aqui, parece claro o desejo de preponderância que o processo de Bolonha confere às competências de exercício, laborais, práticas e particularizadas (e.g., resolução de casos, métodos do “aprender-fazendo”), em detrimento das competências de raciocínio, principiológicas, e da formação de valores. No específico âmbito jurídico, emerge o método de “clínica jurídica”, com origem nas faculdades de medicina, uma forma de ensinar atuando com pessoas, clientes, problemas, dúvidas, situações e casos reais, aprendendo o Direito na vertente eminentemente profissional 63;

iv) Em quarto lugar, evidencia-se, nos procedimentos de interação universitária, algum esvaziamento do rigor avaliativo, privilegiando-se os testes sumativos, parciais, constantes, práticos, desviantes do foco reflexivo, obrigando-se os estudantes a debruçarem-se continuamente sobre parcelas materiais sucessivas e limitadas, perdendo-se uma visão global, de sistema e de conjunto, que o mundo universitário sempre reclamou e deveria continuar a reclamar.”

Rocha (2016, pg. 38) refere ainda “Além disso — e mesmo descontando algum exagero na apreciação —, resultam de todo o processo estudantes pouco familiarizados com a leitura e a investigação, ávidos de representações esquemáticas, resumidas, apelativas e simplistas e, principalmente, pouco dotados de instrumentos de reflexão, o que no domínio do Direito é particularmente grave, pois não se sentirão aptos a enfrentar os desafios decorrentes do mundo jurídico atual”

participação dos alunos. A opção pelo estudo de casos apresenta-se como complexa, dado o tempo disponível e as lacunas identificadas numa série de tópicos, como em questões de cultura geral.

Para simplificar podemos referir que, no que se refere aos métodos de ensino, e às estratégias pedagógicas, as mesmas podem variar conforme o tópico a lecionar, mais ou menos matematizado e mais ou menos descritivo, mas com os seguintes aspetos comuns:

1. com base no modelo expositivo tradicional, identificação da problemática, mais exposição teórica, mais resolução de casos e/ou referencia a artigos nos média;
2. idem, mas apoiado na produção de ilustrações adequadas ou simulação matemática simplificada (ex. modelo de Solow), seguido de exercícios de sumula de conclusões pertinentes/relevantes;
3. apresentação dos conceitos chave, via método expositivo, com os alunos a serem convidados a analisar os aspetos adicionais;
4. aulas de revisão e de resolução de exercícios chave.

Conforme referido acima, aulas teóricas centram-se na exposição oral de temas e conceitos. Na medida do possível recorre-se a vídeos, mapas conceptuais, revisões de aspetos históricos de interesse, enquadramento geográfico, dados estatísticos e referencias a artigos recentes nos média em apoio da exposição. Julgo importante referir que o binómio quadro/marcador (ou equivalente) continua a oferecer um grau de flexibilidade, e de naturalidade na interação, não disponível noutros modelos (vulgo, slides powerpoint), sobretudo no que respeita à identificação e acumulação de relações causais para efeitos de simulação da complexidade dos problemas de desenvolvimento regional (Ray, 2018; Ojo et al, 2019). As aulas são concluídas via balanço síntese e contextualização da importância dos temas abordados.

Relativamente à participação dos alunos, questão tão valorizada nos dias de hoje, embora suscitada, valorizada e incentivada, a mesma pode não corresponder às expectativas, mesmo quando a proximidade dos temas à experiência quotidiana facilita a expressão de opiniões e pontos de vista, dado que inevitavelmente alguma opinião existe (existirá) sobre o assunto, sobretudo sobre temas fortes (ex. “overtourism”, “ineficiências associadas ao regime de monopólio”, etc, etc). Contudo tende a predominar algum comedimento, apesar de julgar conseguir imprimir um clima de cordialidade na aula. É mais fácil obter uma opinião no final da aula ou esclarecimento de dúvidas, por parte de alunos curiosos, do que no decurso da mesma.

Outro aspeto a ter em conta. A falta de tempo, e a pressão a que os alunos estão sujeitos ao terem de responder a várias solicitações (trabalhos, testes, convívio social, etc. Nesta UC optou-se por considerar 3/4 modelos chave de fácil explicitação e ilustração e apropriação por parte dos alunos, entendidas como pontes para análises futuras ao nível de um mestrado. Importa ainda ter em conta que as estratégias pedagógicas se encontram balizada pelos critérios de Bolonha¹¹, pelo regulamento de avaliação em vigor na Uma, pelo estipulado no Regulamento de Avaliação da Uma, e implicitamente (mas invisivelmente) pela prática do docente “médio”.

Ainda sobre as estratégias pedagógicas. A experiência letiva atual sugere cada vez mais que as diferentes componentes letivas (aulas práticas e aulas teórico-práticas) deverão ocorrer em simultâneo, sem distinções nítidas, reservando em cada aula (hora) períodos

¹¹ “As aulas deverão assim ter um elevado nível de participação dos alunos, considerando um elevado número de estudos de caso e exercícios teóricos e práticos cuja resolução se deverá estender para além do tempo das aulas presenciais. Os estudantes deverão por isso, para além das aulas presenciais, ter tempo para *reflexão e estudo individual e colectivo*” (p. II – 4, itálico no original). (Antunes, 2005.)

para exposição seguido de sessões de cariz prático e interativo via resolução de exercícios e de interação com alunos. A gestão da atenção assim o indica. Aulas teóricas tradicionais, traduzidas numa exposição “interminável” de slides e consecutiva de modelos, hipóteses, formulas, condicionantes, hipóteses de partida e definições, por mais sustentadas que sejam numa capacidade comunicacional brilhantes, confrontam-se com o problema da atenção. Dado que a UC exige um recurso significativo à exposição de conceitos e modelos, importa suavizar a “penosidade” da experiência intercalando a exposição com exercícios e outras fontes de matéria, e exibição de vídeos relevantes, e outras curiosidades¹².

A dignificação do modelo expositivo deve ser salvaguardada, dado se considerar que a Universidade deve visar o desenvolvimento de métodos de trabalho, e competências e qualidades pessoais, incluído a capacidade de executar tarefas monótonas. Ou seja, a Universidade deve valorizar a problemática do “trabalho”, mesmo que a adoção de metodologias “criativas” continue a ser relevante e uma necessidade imperiosa. O recurso ao método expositivo decorre ainda de se considerar que muitas das atividades de elevado valor acrescentada desenvolvidas no contexto da sala de aula implicam uma introdução prévia de conceitos. No âmbito das estratégias de ensino-aprendizagem é ainda necessário ter conta um recurso, cada vez menos valorizado, a saber, a utilização de horário de atendimento, em horário extra-aulas. No caso desta UC, a “poupança de tempo” decorrente desta tendência tende a ser canalizada para aulas extras de resolução de exercícios/revisões/esclarecimento de dúvidas, desde que solicitada pelos alunos.

Em contraponto com o subjacente no Processo de Bolonha, a atividade pedagógica não implica apenas o “envolvimento” dos alunos no processo de ensino-aprendizagem, ou o desenvolvimento das suas capacidades de trabalho autónomo, ou a valorização da participação e debate e a resolução de estudos de caso e experiências, mas também paciência para se “concentrar” no básico, ou seja, aprender via exposição oral e leituras orientadas. As preocupações relativas à inovação em termos de pedagogia resultam sobretudo do problema da atenção, “recurso escasso”, neste mundo hiperconetado a redes sociais, conforme referido acima. Os textos “Is the internet killing our brains?” (The Guardian, 8/10/e2016, Dean Burnett) e “Global attention span is narrowing and trends don't last as long, study reveals” (The Guardian, 17/4/2019, Dream McClinton) foram de ajuda no enquadramento da realidade detetada na sala de aula. Em suma, e em complemento ao core da filosofia de Bolonha, a exposição de tópicos continua a ter papel relevante, embora concorde (e valorize e apoie) com a necessidade de procurar ser um modelo “comunicacional”, e uma fonte de apoio ao desenvolvimento de competências, para lá do foco puro e simples na transmissão de conhecimentos.

Na versão original do Relatório da Unidade Curricular constam uma série de elementos sobre o processo de avaliação, resultados, e outras apreciações pertinentes. Para os fins pretendidos, a saber dotar alunos de mestrado com algumas observações sobre o trabalho a desenvolver, optou-se pela supressão dos referidos elementos, dado não oferecerem valor acrescentado ao leitor.

4-Algumas notas sobre a área do desenvolvimento regional e da economia do turismo

O texto que se anexa de seguida baseia-se integralmente num exercício de justificação da aposta numa UC com as características indicadas acima. O objetivo da discussão é o de

¹² Um artigo recente publicado no Expresso oferece alguma matéria para reflexão sobre o assunto: “Revolução em curso nas universidades”. Ver em <https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2540/html/primeiro-caderno/sociedade/revolucao-em-curso-nas-universidades>

reforçar a análise produzida nas páginas essenciais acerca do facto de a relativa secundarização da área da “economia regional” nos planos de estudos de Economia não constituir razão suficiente para associar a relativa “escassez” à falta de relevância. Antes, pelo contrário, a área de estudos parece prosperar ao nível do 2º ciclo no contexto anglo-saxónico. Relativamente à área da economia do turismo, o objetivo centra-se em justificar a opção retida na Lição.

4.1. Breve referencia aos “problemas” de credibilidade

A constatação que apenas um número limitado de cursos de economia oferece a UC de economia regional suscitou interesse em identificar o ponto de situação relativamente ao capital de “credibilidade” da área no meio académico. Idêntica iniciativa foi empreendida para o caso da economia do turismo, inquirição analogamente sustentada em questões de posicionamento e inserção na área no meio universitário.

Referem Bailly et al (1996) que a ciência regional surgiu nos anos 50 fortemente ancorada numa lógica de resolução de problemas reais, com a credibilidade a ser posta em causa nos anos 90, curiosamente na época em que o conceito de região foi objeto de redescoberta e reverência e celebração por parte dos decisores políticos com base na popularidade do conceito de cluster (Gibson, 1994; Capello e Nijkamp, 2009; Stimson, 2019). A crise de credibilidade, de acordo com Bailly et al (1996) e Stimson (2019) traduziu-se no encerramento de departamentos universitários, com dificuldades de acesso a financiamento e no veicular da alegada incapacidade de “promover” a disciplina como área científica relevante capacitada para definir problemas e a sustentar soluções, apesar da produção científica permanecer relevante. Referem Bailly et al (1996, 156) que o ceticismo veiculado interna e externamente radicava no carácter amorfo e demasiado extenso da área da intervenção (fronteiras indefinidas e porosas entre várias áreas disciplinares), talvez como se possa concluir “olhando” para a tabela 7 deste Relatório, e na incapacidade para produzir modelos e soluções compreensíveis¹³. Outra crítica expressa por especialistas de outras áreas sugeria que os tópicos já se encontrariam cobertos nessas áreas. Parte das dificuldades resultava, e cite-se do original, da “unwillingness or inability to position our field where the action is” (Barnes, 2003). Importa referir que muitas das críticas expressas pelas correntes pós-modernistas sustentam-se na alegada falta de ativismo social e político (Stimson, 2019), aliada à alegada incapacidade para analisar questões do “espaço” da vivência quotidiana e para compreender a natureza prática do planeamento e policy-making a nível local (Markusen, 2005). Stinson (2019), em resposta às críticas, refere que os pais fundadores da disciplina nunca pretenderam criar gerações sucessivas de ativistas político-planeadores. Referia Stinson (2019, 137), sobre os problemas da área:

“regional science had two fundamental problems of becoming too theoretical with too many models being too complex to calibrate or too abstract to address real-world problems, thus lacking policy relevance, and being too narrow in focus, having moved too far from real people and their daily concerns and struggles in life”.

De facto, na altura colocaram-se um conjunto de questões sobre a essência da ciência regional, passíveis de por em causa a sua existência, dúvidas apenas repetidas no campo dos estudos em turismo:

“Is regional science really a science? a discipline? an inter-disciplinary field of study (as we are most often told)?, a teaching and/or research agenda?, all of the above?, some of the above, or none of the above?” (Bailly et al, 1996, 156).

Pressionados por outras disciplinas, a ocupar “territórios” científicos completamente ao arrepio da ordem científica-organizacional existentes no meio Universitário, colocou-se em causa o facto da ciência regional dispor de um campo de análise único, dado a “região” ser também objeto de análise de outras áreas. Outras das razões identificadas por Bailly et al (1996) para o deficit de credibilidade radicavam no facto da maior parte dos ‘practioners’ se basearem em termos científicos e metodológicos importados de outras áreas científico-institucionais mais mainstream. Bailly et al (1996) consideram que a disciplina tinha resvalado para uma espécie de “no man’s land”, dado não ser poder ser definida nem disciplina nem uma como “ciência”. De facto, constata-se nos congressos da APDR nos anos 2000/2001/2002 um verdadeiro carácter multidisciplinar, tal a diversidade de áreas científicas de base.

Na mesma linha referia Lopes (1983) faltar um corpo teórico consolidado e integrado, lacuna “superada” em anos mais recentes pela profusão de modelos matemáticos espaciais, abraçados exatamente pela ilusão de conferirem cientificidade (Chu, 2018), problema também detetado no âmbito dos estudos em turismo (Qian et al, 2019). A respeito da área do turismo, Echtner e Jamal (1998, 877) referem, e cite-se do original, que “the evolution of tourism studies might be seen to be plagued by the same phobia that dominates all of the social sciences, namely the need to become more “scientific” and the resulting attachment to more traditional positivist methods.”. Parece que a mesma preocupação se faz sentir hoje em dia. Refere Dentinho (2016) que alguns experts recusam reconhecer o estatuto de disciplina à Economia Regional, embora reconheçam a necessidade de existir um corpus teórico e uma plataforma teórica dedicada à análise do processo de interação homem-espaco com base numa aproximação à realidade regional e local. Antes de referenciar o ponto de situação atual, julgo importante tecer mais algumas considerações sobre a praxis da disciplina.

4.2. Breve referencia a contributos teóricos relevantes

De facto a área da ciência regional (utiliza-se nestas considerações uma tradução literal do termo anglo-saxónico) valoriza uma série de aspetos de difícil trato no contexto das ciências económico-empresariais (e sub-áreas mais técnicas). A disciplina de economia regional privilegia uma análise multidisciplinar e holística dos fenómenos de cariz predominantemente económico ao nível regional, numa logica sintética e eclética (Bailly et al, 1996), ao arrepio de abordagens mais técnicas com objeto de estudo muito bem definido, e delineado nos índices dos manuais de referencia. E não poderia ser de outra forma (a análise de questões de índole predominantemente económica) no contexto das regiões ultraperiféricas. A proximidade física e psicológica relativamente às instituições e aos atores chave (com probabilidade elevada de incluir membros do circulo familiar e/ou dos circuitos de amizade e convívio), a vivência e convivência diária com os fenómenos, cujas evoluções podem detetados nas mais pequenas vibrações sísmicas, e a incrível facilidade de participação em fóruns e de expressar a opinião e de encontrar decisores nos contextos mais comuns (ex. hipermercado, café da esquina, etc), impossibilita uma análise dos tópicos confinada aos limites das considerações especializadas e técnicas, espaço por excelência dos experts e dos especialistas, e um circunscrever dos problemas (e potenciais soluções) a um dimensão estritamente técnica. A disciplina de economia regional alicerça as suas vantagens comparativas na análise multidisciplinar, na (ainda relevada) pertinência de análises descritivas (consubstanciadas em análises de diagnóstico e planos estratégicos), apesar do progresso e ubiquidade de métodos econométricos sofisticados, e, portanto, na capacidade de chegar a públicos vastos e poder influenciar decisores políticos através das possibilidades que oferece de

produzir soluções exequíveis (Amaro, 1988). A multidisciplinaridade da abordagem subjacente à disciplina constitui um dos traços distintivos da mesma (Stimson, 2019), e obviamente um problema numa vertente mais epistemológica/formal (Bailly e Coffey, 1994).

Refere Costa (2016), relativamente a Simões Lopes, ator fundamental na afirmação institucional da disciplina da economia regional em Portugal, que o mesmo “convivia com alguma dificuldade com a tendência, hoje dominante, de desenvolvimento de modelos económicos assentes em pressupostos restritivos isolando os fenómenos económicos do social e separando as análises do ponto de vista da eficiência e da equidade e, acima de tudo, com a preocupação excessiva com o diagnóstico e a pouca atenção com a ação”. Bailly et al (1996, 159) ligam as dificuldades sentidas pela disciplina nos anos 90 ao excesso de ênfase no dogma neo-positivista e na tentação irresistível de reforçar a componente matemática como certificação de cientificidade (Raa e Berliant, 1995), do que resultou um elevado grau de abstração, e em consequência contributos marginais para a resolução de problemas concretos, como os relativos às disparidades, questões de bem-estar e vivências urbanas (Stinson, 2019). E não podemos esquecer a importância da questão da inteligibilidade de muitas das abordagens, sobretudo por parte de decisores políticos com formação na área do direito.

Costa (2016) e Ferrão (2016) referem também que na aceção de Lopes, a análise económica deveria fundamentar-se (e salientar) em problemáticas relativas à redistribuição (privilegiando uma forte dimensão ética), justiça social e valorizar questões relativas ao ordenamento do território e sustentabilidade financeira e ambiental, privilegiando, portanto, a opção “desenvolvimento” em detrimento da opção “crescimento” (mais propensa a modelização matemática), entendendo esta última como um fator potenciador da primeira (Whitlock, 2017). Neste sentido, a análise da problemática do desenvolvimento regional em vez de se concentrar em estudos matematicamente complexos e tecnicamente irrepreensíveis (Stimson, 2019), mas alicerçados em hipóteses restritivas, deveria enaltecer análises descritivas, contudo cientificamente rigorosas, eivadas de princípios cívicos e éticos e multidisciplinares. Tal como refere Lopes (2000), “não há fenómenos económicos, mas tão só aspetos económicos no fenómeno social, [pelo] que toda a pretensão de objetividade que leve a destacar os aspetos económicos da vida humana do seu contexto político e social distorce os problemas que tem de discutir em vez de os tornar mais claros”. Na mesma linha, Hagerstrand (1970, 9) considerava que a ciência regional não poderia teorizar sobre indivíduos da mesma forma que modelizava o capital ou a localização. Na mesma linha, Bailly et al (1996, 160) criticava, e cite-se do original: “narrow perspective, which emphasizes problems that fit our models and economic processes, rather than people, prevents us from contributing to the resolution of major societal problems”.

Outro aspeto salientado por Lopes (2001) radica no facto da problemática regional poder ser apreendida por um público vasto, e de ser possível propor soluções palpáveis no contexto das reais possibilidades legais, políticas e sociais, conforme se referencia acima. Lopes (2001) salientava também um papel ativo/comprometido na resolução de questões, conforme referido atrás. Nem todos concordaram que compete aos especialistas na área exercerem um papel politicamente comprometido na identificação e resolução de problemas, mas compete-lhe sem dúvida contribuir para uma compreensão cabal dos fenómenos, nas suas múltiplas e indissociáveis vertentes política, social e ambiental, deixando as análises normativas para os leitores.

Embora a disciplina deva a sua ascensão à análise da problemática da localização, focado no entendimento que o espaço constituía handicap a contornar via minimização de custos, localização ótima e/ou construção de redes de transporte apropriadas, os

desenvolvimentos na área das redes virtuais e desmaterialização de processos acalentaram uma atitude voluntarista centrada da “death of geography thesis”, a exemplo de outros impulsos de exuberância prognóstica que emergem na academia e na comunicação social, de tempos a tempos. Tal não deixou de impactar negativamente a percepção na academia sobre a área da economia regional dado ter criado a percepção da relativa irrelevância da mesma.

Lopes (1983) centra o corpo teórico da temática do desenvolvimento regional, nas “preocupações” com a intervenção e definição da política regional e nas tentativas por vezes frustradas (na altura) de aplicação de métodos de análise a bases de dados estatísticos incompletos. Hoje, a área da ciência regional excela por se concentrar no “estudo da interação humana no espaço e com o espaço” e por se alicerçar numa pluralidade de metodologias e de “políticas orientadas para o desenvolvimento regional” (Dentinho, 2016). Conforme se constata analisando o índice do Compendio de Economia Regional (Costa e Nijkmap, 2010), navegar na área da Economia Regional demanda um esforço de ler (melhor, conviver com) paradigmas diferenciados, emanados da economia, da gestão, da sociologia, da geografia, dos transportes, do urbanismo e ainda de outras áreas (Dentinho, 2016). Tal abordagem favorece a compreensão dos problemas, mas incrementa a complexidade e dificulta as sínteses teóricas, inserindo ainda uma percepção de “caos” teórico por parte de terceiros. Não posso deixar de notar em primeira mão as dificuldades e perplexidade que os alunos sentem ao lidar com dados reais, com números com 8 a 10 dígitos, arrependidos porventura de terem “clamado” por mais “prática”. Talvez as sínteses teóricas no contexto insular não sejam tão relevantes, até porque se conforme refere Lopes (1983, 451), “as sínteses teóricas só são possíveis com grandes simplificações, por vezes verdadeiras abstrações, que em maior ou menor grau exigem afastamento desses problemas reais”.

Embora não seja difícil concordar com a abordagem defendida por Lopes (1983, 2001), da ciência regional enquanto área multidisciplinar concentrada na resolução de problemas derivados de condicionamentos espaciais, não se deixou de colocar de tempos a tempos questões sobre a relevância e direção da evolução da disciplina, conforme referido acima (Baily et al, 1996). É ainda nos anos 90 que começam a surgir perspetivas de soluções. Refira-se a título de exemplo as consequências de uma série de especialistas na área desempenharem também funções de consultores, o que os obrigou a mesclar questões teóricas com pragmatismo requerido para corresponder às exigências das entidades contratantes de serviços de consultoria e estudos. Outro exemplo relevante consiste nos requerimentos exigidos no âmbito das candidaturas a projetos para efeitos de obtenção de financiamentos, o que obrigou a desenvolver a capacidade de equilibrar sofisticação teórica/conceptual com relevância prática e com o acumular de experiência na área da prestação de serviços e consultoria (Stimson, 2019).

Relativamente aos argumentos produzidos até agora em abono da área julgo ser de reter a imprescindibilidade do carácter multidisciplinar que a análise da problemática do desenvolvimento exige no contexto insular. Exemplificando. Um dos fatores condicionantes do sucesso dos off-shores (predominantemente localizados em áreas insulares) radica tanto em fatores técnicos (relativos à fiscalidade e (ausência?) regulação bancária) como nas características psicossociológicas das sociedades insulares. Refere Hampton e Christensen (2002, 1664) que:

“The political economy and culture of smallness feeds the element of secrecy that is a prerequisite for offshore financial activity, and any move to prise open that “secrecy space” (Hampton, 1996a), for example, through the introduction of information exchange agreements, is likely to reduce if not entirely negate the benefits of holding assets offshore”.

A “concordância” das elites e comunidades locais encontra-se facilitada no âmbito de processos potenciados pelo confinamento geográfico e social, fator que favorece a “concordância” grupal e a identificação e exclusão dos “discordantes”. Referem ainda Hampton e Christensen (2002, 1664) a este respeito que:

“Small island and microstate cultures appear well suited to the successful development of tax havens and OFCs because media independence is frequently partial or absent; there is a general absence of higher education institutions or an intellectual community to critique policy; and the insularity and inward-looking focus common to small island communities suppresses whistle-blowing. Small polities have few democratic checks and balances upon the executive power wielded by key individuals and the parliament may not have an effective formal opposition as in the case of the British Channel Islands which have never held a general election”.

Outro exemplo da necessidade de análises de carácter multidisciplinar para perceber as opções em termos de medidas de política económica e a necessidade de considerar modelos “multidisciplinares” e soluções de “canto”:

“Small island countries seldom conform to the orthodox prescriptions of economic development; they are, or can become, experts in “slipping subtly through the nets of conformity”. ... Baldacchino argued that successful microstate economies were those who were able to manipulate the larger countries (or regional blocs) to create a local advantage for themselves. Pursuing this theme, Baldacchino argued that this exemplified an “opportunistic pragmatism” with microstate governments seizing passing opportunities in a similar manner to which islanders have historically been pirates and privateers in many parts of the world” (Prasad, 2004, 43-44). No momento de revisão (27/2/2022) deste texto surgiu no radar o estado insular de Nauru, com a sua política externa “alternativa”¹⁴.

Relativamente ao setor do turismo, a necessidade de relaxar as hipóteses de base descritas na literatura numa ótica estritamente económica transparece na seguinte citação:

“Civil service jobs are the most sought after because they pay better than in Metropolitan France since a multiplying coefficient is applied to these salaries ranging from 1.4 in the French Antilles to more than two in Oceania. In this context, it is difficult to find qualified people motivated to work in tourism or the food service industry, given how drawn they are to state or territorial civil service, which guarantees good salaries and job security. As a result, vocational training in tourism has a very hard time attracting and motivating young people, and the quality of service suffers (Gay, 2012, 1642)”.

Não entrando em discussões à volta do conceito de economia regional ou ciência regional, importa salientar alguns aspetos adicionais subjacentes ao desenvolvimento da perspetiva territorialista na economia, no intuito de reforçar a mais valia da área disciplinar, dado que exemplificam o poder de alguns conceitos desenvolvidos no âmbito da disciplina (Benko e Pecqueur, 2001).

No que se refere aos princípios estruturantes da disciplina, Reis (2005) identifica um pressuposto de base, a saber a assunção da importância da variável “espaço” no estruturar e o condicionar da dinâmica económica por variáveis espaciais, um objetivo, referente à igualdade de oportunidades (lógica de equidade), abordagem também abraçada por Lopes (1983, 1987) ao associar ao desenvolvimento regional um foco na temática do desenvolvimento enquanto ferramenta de promoção dos valores de “conceitos de justiça, liberdade, dignidade, respeito”, e uma “ambição interpretativa”, a saber compreender o papel dos “territórios” na formação e no condicionar das dinâmicas económicas e sociais. Grosso modo, o relevar do espaço e do território no âmbito da economia regional resultou

¹⁴ Ver em <https://www.theguardian.com/world/2009/dec/14/nauro-recognises-abkhazia-south-ossetia>

da sua marginalização no âmbito da análise da economia tradicional (na primeira metade do século XX), excetuando Marshall e o conceito das economias externas, o que permitiu adicionar uma dimensão ético-política que análises mais técnicas ignoravam por dificuldades de modelização ou por opção deliberada. Em contraponto à abordagem clássica da economia, Reis (2005) refere que a ambição interpretativa engloba um esforço para perceber a “genealogia” dos processos territoriais (“razão de ser do que acontece em cada território”), i.é, baseada na análise da origem dos processos e das dinâmicas e das etapas consequentes de desenvolvimento. Considere-se a este respeito toda a produção científica à volta dos fenómenos tipo Silicon Valley, no intuito de perceber as suas origens e fatores condicionantes para efeitos de replica noutros espaços.

Mais, a ambição interpretativa alicerça-se numa noção de espaço muito mais complexa do que a mera localização geográfica, para englobar as características económicas, sociopolíticas, históricas, processos de decisão, e fluxo de relações entre atores transcritos numa visão e missão coletivas, do que resulta um “espaço” constituído por todos os elementos mencionados atrás, elementos que elevam o espaço ao estatuto de agente de desenvolvimento de pleno direito. O território assume portanto o papel de uma “entidade” e de “ator” que transcende a mera lógica individual e empresarial e a racionalidade intrínseca ao raciocínio económico tradicional abraçado pelos indivíduos e empresas. Vaz (2016) associa à noção de espaço uma dimensão social, transcrita em referências a lugares, a descrições subjetivas de memórias, e narrativas alicerçadas num conjunto de valores e emoções, para além da económica e ambiental. A dimensão económica remete para a questão clássica dos custos de transporte e acessos a mercados, enquanto a dimensão ambiental inclui uma componente de ecossistemas naturais.

Reis (2005) considera que as questões em apreço exigem uma epistemologia do território ancorada em 4 pressupostos de base: territorialização, limites à racionalidade económica, incerteza e contingência e papel das instituições. A territorialização assume-se como a expressão da relevância de processos “socioeconómicos localizados”, assentes em relações de proximidade (simultaneamente de cooperação e concorrência) e no desenvolvimento de capacidades (ex. concertação de posições, partilha de custos, participação em processos de decisão), entre atores empresariais, governamentais, organizações emanadas da sociedade civil e outros, processos e relações esses com lastro histórico relevante. Sobre a existência de diferentes atores, Stimson (2019) associa à ciência regional o foco em 3 atores chave (indivíduos, empresas e Estado), com a evolução espacial das economias resulta de uma multiplicidade de atores, e não de processos aleatórios ou definidos por uma única entidade e racionalidade. No mesmo sentido, Nijkamp et al (2015) releva o papel da interação empresas estado. As dinâmicas socioeconómicas localizadas assentam muito frequentemente em processos de desenvolvimento industrial fomentadas por parcerias empresas-Estado, assumindo-se ainda que os recursos desenvolvidos no território em questão operam como fator de atração de atividades e de retenção de talento.

Considerando ainda a abordagem de Reis (2005), relativamente ao reconhecimento dos limites da racionalidade económica tradicional, reconhece-se um papel chave à não-intencionalidade e a irracionalidade (obviamente numa relação de coexistência com a intencionalidade e racionalidade) como elementos a ter em conta numa ótica mais local e regional onde vicissitudes várias e idiosincrasias não podem ser omitidas. Afigura-se instrutivo a este respeito a leitura de Auty (2016) sobre os processos de desenvolvimento económico nas ilhas Maurícias e em Trinidad e Tobago.

A questão da “incerteza e contingência” procura reconhecer o impacto do acaso (reconhecido por Porter (1998) como fator fundador legítimo dos clusters) e de fenómenos de path dependency, e a identificação de trajetórias de desenvolvimento

erráticas e imprevisíveis, não acomodadas nas lógicas mais racionais, planificadas e modelizadas. Relativamente às instituições, as mesmas concorrem para a redução da complexidade para efeitos de reconhecimento. A abordagem territorialista desenvolvida por Reis (2005) ultrapassa uma mera “caracterização” do espaço como plataforma de “mobilidades” (Polèse, 1998) ou como base de localização de atividades económicas, explicadas pela teoria económica tradicional, de forma a reconhecer “o poder que o território incorpora, as inter-relações e os atores que o formam as iniciativas que ele gera e as transformações a que obriga”. Num sentido similar, Lofgreen (2000) ilustra a capacidade e o poder dos “territórios” (leia-se atores locais) para recusarem as abordagens mais racionais assentes na adoção dos paradigmas vigentes (globalização, competitividade, etc). Trata-se de um texto analisado no contexto de Economia Portuguesa e Europeia.

4.3.(Re)Estabelecendo a credibilidade

Voltando à questão da superação das dificuldades sentidas pela disciplina em afirmar uma reputação e credibilidade no meio académico. Stimson (2019, 133) considera que a ciência regional atingiu o estatuto de “disciplina por direito próprio”, embora reconheça que se trata essencialmente de um “campo multidisciplinar de investigação”. Não tendo interesse, nem stock de leituras que permita acrescentar algum elemento relativo à discussão relativa ao grau de importância da área disciplinar em apreço, parece-me evidente que a temática do espaço, da inserção espacial das estruturas económicas, do desenvolvimento local e do desenvolvimento regional e das idiossincrasias subjacentes aos processos em causa constituem matérias e preocupações de facto que terão que ser analisadas por experts e cientistas. “Concordo” também com a análise de Lopes (1983) quando refere que o tratamento do “espaço na análise económica não pode consistir na mera introdução de mais um elemento descritivo, pois que de um verdadeiro conceito operativo se trata. «O espaço não é economicamente neutro»: ele é um meio onde se desenrolam as ações que, embora estruturado, «pode ver as suas estruturas modificadas profundamente por uma política voluntarista de organização da ocupação do solo, de melhoria das comunicações e de aproveitamento dos recursos naturais”. Referindo ainda Lopes (1983), o alargamento da análise para lá do âmbito estritamente económico justifica-se, dada a proximidade e imbricação de problemáticas económicas com riscos ambientais, circunstâncias evidentes e literalmente visíveis num contexto insular onde falta literalmente espaço que permita ao expert e académico conter-se num território geograficamente limitado (leia-se gabinete e área urbana próxima) que permita sem perda de coerência concentrar-se em exclusivo na modelização.

Aceitando a relevância da disciplina ou pelo menos dos problemas que a mesma abarca, convirá ter em conta a pujança e predomínio das análises técnicas complexas e da crescente sofisticação econométrica e matemática, na melhor das tradições neo-clássicas, alimentadas pelo acesso a bases de dados cada vez mais complexas (Dentinho, 2016). Refere Mitze (2014) que a área da ciência regional tem sido inundada por constante fluxo de métodos e modelos eminentemente empíricos e orientados para a análise de dados no âmbito do policy-making (Vaz, 2016). Resta uma área científica que acolhe interesses dos mais diversos, como se constata nos temas aceites nos congressos das associações da especialidade, num contínuo que abarca temas tradicionais (intervenção do estado e redistribuição), passando modelos teóricos e espaciais e terminando nas novas preocupações (alterações climáticas e migrações). Um congresso relevante na área inclui as seguintes sessões “normais”: RS01 – Entrepreneurship; RS02 - Infrastructure, transportation and accessibility; RS03 - Knowledge and innovation; RS04 - Local

finance; RS05 - Location theory and applications; RS06 - Methods in Regional Science and Urban Economics; RS07 - Migration and regional labor markets; RS08 - Real estate and housing; RS09 - Regional and urban policy; RS10 - Regional development; RS11 - Rural development; RS12 - Spatial implications of climate and environmental change; RS13 - Spatial planning; RS14 - The spatial dimension of sustainable development; RS15 - Theoretical and empirical urban economics; RS16 – Tourism; RS17 - Globalization and territorial intelligence; RS18 - Resilience and Risk Management; RS19 - Green economy and complexity of socio-ecosystems; RS20 - Biodiversity, ecosystems and ecosystem services; RS21 - Agriculture, fisheries and food security; RS22 - Nexus: water, agriculture and energy. Outros congressos na área da Economia ou gestão incluem identicamente uma multiplicidade de temas. O elemento de diferença relativamente aos congressos na área da ciência regional reside exatamente na diversidade das áreas de formação dos palestrantes. Conforme refere Stimson (2019, 134), desde o início que a ciência regional se caracteriza por atrair e mobilizar em simultâneo tanto académicos e profissionais recrutados “‘beyond the restrictive world of economists’, including ‘natural scientists, psychologists, anthropologists, lawyers, sociologists, political scientists, planners, and geographers’”.

Conforme referido acima, uma das vantagens da praxis atual do desenvolvimento regional numa vertente mais tradicional radica na capacidade de atingir públicos diferenciados. Sobre as vantagens do conceito de cluster, Martin e Sunley (2003) reconhecem que o sucesso do conceito de cluster radica no seguinte:

“Yet this is clearly at odds with the enormous policy popularity of the notion and the generous tolerance granted to the idea by a usually critical academic community. The answer to this paradox may lie in the way in which the cluster concept has been marketed by Porter and other enthusiasts as a brand, rather than just another intellectual product. Just as large corporations use branding to distinguish their products from other largely indistinguishable products (for example see Klein, 2000), so the ‘cluster brand’ has been much more successful despite the existence of many similar theories and policy recommendations of industrial agglomeration. It has certainly attracted many more ‘buyers’ in the policy and practitioner markets than its rivals. The reason appears to lie not so much in the theoretical or empirical superiority of the concept but in the way in which it has been branded or closely tied to a set of positive images and associations. Again, just as branded products are ultimately imagebased so that consumers come to associate them with rewarding lifestyle experiences, the cluster brand at its core is based on an image of a highproductivity, knowledge-rich, decentralised, entrepreneurial and socially progressive economy within the reach of local policy-makers (a regional version of the American Dream, perhaps?).”

Em suma a área da ciência regional oferece um vasto campo de aplicação de métodos crescentemente sofisticados no intuito de produzir soluções para os decisores políticos e para a sociedade. A crise dos anos 90 foi superada através da manifestação do interesse em contribuir para a resolução dos problemas sociais sentidos no espaço social, referindo-se a títulos de exemplo questões relativas ao aumento do bem-estar, qualidade de vida, sustentabilidade ambiental, na sua globalidade, incluindo, mas não restrito á economia, aplicando para o efeito modelos mais afastados do neo-positivismo. Outra abordagem de sucesso, conforme exemplificada na difusão do conceito de cluster à Porter, consistiu em publicar visando audiências mais vastas, ilustrando abordagens práticas (Cruz e Teixeira, 2009). Sucesso no financiamento de programas de investigação, alicerçados em projetos comunitários, e sucesso na prestação de serviços contribuiu também para o revitalizar da disciplina (Rees, 1999; Quigley, 2001).

A recuperação da ciência regional começou nos anos 90, foi também potenciada pela profusão de uma série de conceitos “novos”, tais como especialização flexível e novos espaços industriais, conceitos que captaram a atenção dos decisores políticos. Desenvolvimentos ao nível da geografia económica (com Paul Krugman), ao nível da teoria do crescimento endógeno (com Paul Romer) e ao nível da geografia económica evolucionária, assim como inovações em termos de teorias e modelos em geral voltaram a colocar a importância da ciência regional na ordem do dia. De acordo com Stimson (2019) o processo de unificação europeu, o reforço do papel do desenvolvimento regional comunitário, e a necessidade de estudos para sustentar as políticas comunitárias contribuíram para a multiplicação dos projetos de investigação e do acesso a financiamento. Outro desenvolvimento importante ocorrido desde o final dos anos 90, conforme referido acima, respeita ao foco numa multiplicidade de problemas emergentes, tais como envelhecimento da população, felicidade, alterações climáticas, etc. Conforme referem Clarke e Madden, (2001, 4): “since the 1990s, the application and relevance of regional science methodologies has been accelerated by the ‘emergence of new policy issues, including urban sustainability, transport problems in cities, regional devolution, international trade and migration”.

Constata-se continuar a existir um problema de base:

Regional analysis is increasingly populated by fuzzy concepts that lack clarity and are difficult to test or operationalize: flexible specialization, windows of opportunity, resurgent regions, world cities, cooperative competition. Many analyses rely on anecdote or singular case studies, while contrarian cases and more comprehensive and comparative inquiries are ignored. Methodology is often not discussed adequately. (Markusen, 2003: 701)

Stimson (2019) refere que a área exhibe sinais de vitalidade e crescimento, em termos do número de profissionais experts, publicações e assistência a congresso. Outro elemento de interesse referenciado por Stimson (2019) reside na multiplicação de projetos de investigação, modelos macro, contributos para a avaliação de políticas de desenvolvimento (Stough et al, 2015). E, observação que não deixo de saudar (confesso), aparentemente a área da ciência regional continua “dominada” pelos economistas, e respetivo foco e importância das teorias e modelos de origem económica.

Embora existam evidências relativas à vitalidade e pujança da área, continua a detetar-se lacunas ao nível da afirmação institucional da área no meio académico, ao contrário da área de estudos de turismo que tem testemunhado um acréscimo do número de departamentos e licenciaturas. A pujança desta última deteta-se ainda na relevância que a A3ES atribui a formados em turismo, na composição do corpo docente dos cursos de turismo.

A área dos estudos em turismo parece padecer de problemas similares de “credibilidade”, dado tratar-se de uma “adição” recente à lista de áreas disciplinares no contexto Universitário. Num número significativo de casos, os estudos em turismo continuam acantonados em diversas áreas científicas estabelecidas (Echynet e Jamal, 1997). Em certa medida a área continua dependente de 5 áreas chave, a saber, economia, sociologia, psicologia, geografia e antropologia, o que coloca a questão de saber se se trata de área disciplinar de direito próprio ou uma especialidade dentro das referidas áreas core (Jafari e Ritchie, 1981; Tribe, 2010; Tribe e Xiao, 2011; Okumus et al, 2019). Tal como referem Ritchie et al (2008) trata-se de uma área tributária de um leque muito diversificado de disciplinas, conforme ilustrado por Jafari e Ritchie (1981) num esquema composto por 21 áreas disciplinares diferentes. Numa lógica de Kuhn (Kuhn, 1970; Kuhn et al, 2018), trata-se de uma área “pré-paradigmática”, ainda muito aberta a acolher contribuições diversas. Numa lógica muito similar à expressa relativamente à área da ciência regional,

alguns experts definem a área mais pelo carácter holístico da mesma do que como disciplina tout court. Outros (Athiyaman, 1997) contestam o carácter eminentemente empírico dos estudos na área da procura turística, desprovidos de preocupações de produção de teoria, embora Ritchie et al (2008) consideram que contributos teóricos de outras disciplinas têm permitido avanços significativos. Questões de “credibilidade” transparecem ainda na observação de Ritchie et al (2008) ao referirem que académicos preferem publicar em journals de áreas mais estabelecidas, comparativamente a journals na área do turismo, dado pressuporem maior aceitabilidade.

Malgrado as críticas, a realidade que transparece hoje em dia remete-nos para uma área disciplinar em franca expansão (Kirilienko e Stepchenkova, 2018), em linha com a pujança e relevância do setor em termos globais (Quian et al, 2019). Trata-se de uma área capaz de sustentar abordagens multidisciplinares (Okumus et al, 2019), e pressionada a produzir cada vez mas “talento qualificado na área” (Aliperti et al, 2019, 120). A área da economia do turismo assume um papel de charneira neste aspeto, mas outros campos de interesse como “big data” e “smart concepts” oferecem um vasto campo de oportunidades (Li e Law, 2020). Outra vantagem inerente aos estudos na área do turismo consiste na capacidade de mesclar abordagens quantitativas, qualitativas e mistas, em linha com a necessidade de abordar e descrever comportamentos sociais e humanos complexos (Etchtner e Jamal, 1997). Obviamente que a análise de comportamentos humanos, mesmo que ancorados num forte aparato económico exigem abordagens interpretativas para além da neo-positivista. Como referem Etchtner e Jamal (1997) “The close interdependencies among the natural environment, host communities, governments, and organizations dealing with tourism, means that organization and strategy researchers (and managers) of tourism need to take many inter-related factors into consideration. Not only do they need to understand the complex and differing perspectives elated to strategic behavior in their own field, they also should have a good understanding of the research traditions and methodologies used to address related issues in other disciplines.”.

Relativamente ao foco numa única prespectiva disciplinar ou metodológica, Okumus et al (2018, 540) referem os riscos de cegueira intelectual: “specialization in one discipline may, however, blind scholars to the broader context of an issue, creating tunnel vision. Indeed, this tunnel vision may result in limited appreciation of other perspectives, preventing creative breakthroughs”. Ao nível do destino, como se “demonstra” em certa medida no artigo “Analysis of development of Tourism in Madeira based on the life cycle approach” listado nos mais representativos (ver CV), a compreensão da realidade exige contributos de economistas, historiadores, sociólogos, “planners”, cujos contributos podem potenciar pensamento atípico e criatividade7inovação na investigação (Okums et al, 2019). Sobre a interdisciplinaridade, Okumus et al (2019, 541) referem ser a mesma necessária dado que, e cite-se do original, “research in many disciplines can no longer operate independently as research problems are too complex; instead, such research problems requires close collaboration and expertise of researchers from different disciplines in order to solve the problems“”. Como referem Ehtner e Jamal (1997) o papel de qualquer área disciplinar é a de produzir conhecimento genuíno acerca da envolvência social e económica. No caso dos estudos em turismo, e nas análises relativas ao desenvolvimento regional, tal implica uma abordagem multidisciplinar (Jovici, 1988; Liszewski, 2010; Taillon, 2014).

Referencia com interesse dado o curriculum do autor deste relatório. As áreas da experiência turística, da motivação e da procura turística, fortemente tributárias da economia constituem duas das áreas mais relevantes no contexto dos estudos em turismo, conforme se infere de análise bibliométricas (Weiler et al, 2012; Kirilenko e Stepchenkova, 2018). Outra referencia com interesse, dado ter selecionado a área da

economia do turismo. Ritchie et al (2008) ligam o ensino da área do turismo à formação de “profissionais”, tendo em conta o destino (mais que provável) da maioria dos formandos. Consideram os autores que o termo profissional “subtende” a capacidade de abraçar uma perspetiva mais alargada do que a definida pelos limites das funções que desempenha. Esta questão é especialmente importante para o “management stream” que prepara quadros para a indústria, comparativamente ao “science stream” que forma consultores, investigadores e académicos. Mesmo que a formação Ritchie et al (2008) consideram que o sucesso da área, medida.

5. Conclusões

A redação do prelatório ofereceu uma oportunidade para sintetizar e sistematizar informação relativamente aos objetivos e “lógica” que presidiu à escolha dos conteúdos e opções pedagógicas que presidem à lecionação prática no contexto de sala de aula. A análise produzida parece sugerir que a área da economia regional parece “interessar” mais à periferia, o que se compreende, dado que questões relativas à globalização e internacionalização não emergem tão explicitamente nestes espaços como no contexto de uma Universidade “Central”, e relativamente próxima do core do espaço económico europeu. Na periferia, questões relativas à descrição e caracterização da dinâmica económica local, ou à importância da política comunitária continuam relevantes, pelo que devem ser lecionadas. No global, os resultados de aprendizagem são atingidos, com um número razoável de inscritos do curso de Gestão, a optar livremente pela disciplina todos os anos, embora a disciplina obrigue a uma taxa de esforço suplementar. Julgo também que o Relatório demonstra a capacidade do autor para desenhar um programa de uma UC, e para assegurar com sucesso a lecionação da mesma.

Obviamente, que um exercício desta natureza acaba por levar á identificar algumas debilidades, e melhorias a serem introduzidas. De facto, a redação de um relatório deste tipo oferece tanto a oportunidade para efetuar um balanço centrado numa reflexão, apreciação e ponderação das opções retidas, no contexto da sala de aula, como para inventariar sucessos e insucessos na esfera pedagógica. A redação deste relatório, no que concerne à UC selecionada, não deixa também de ter em conta a experiência acumulada na lecionação de outras UCs, o que permite refletir de forma abrangente sobre as possibilidades de incremento da qualidade e sobre os resultados obtidos. A experiência acumulada ao longo dos anos, mais os resultados obtidos, permite concluir com algum grau de razoabilidade, e sem pretensões excessivas ou com base numa valorização auto-celebratória, que os objetivos terão sido alcançados, e que as estratégias de ensino, a seleção dos conteúdos e distribuição e sequência lógica da lecionação, são as adequadas. Não pretendo patentear qualquer pretensão desajustada, nem concluir desta auto-avaliação sobre um sucesso extraordinário. A apreciação qualitativa resulta de uma convicção realista e objetiva e prudente, suportada em números, de que se atingiu um conjunto de objetivos e que um conjunto de pressupostos e linhas de orientação terão sido atingidos, em termos de performance pedagógica. Evidentemente, quer conscientemente quer inconscientemente, que a convicção expressa neste ponto implica sempre um exercício de comparação (do que se julga ser) o currículo e a performance desenvolvida pelo “docente” médio do departamento, processo facilitado por julgar ser meu deve obter feed-back da parte dos alunos e do Diretor de Curso, numa ótica muito profissional de auscultação dos “stakeholders”.

Os números a que aludo acima, e que corroboram este exercício de auto-avaliação anterior, consistem em taxas de sucesso de elevadas (indicador em certa medida da

performance do ponto de vista da qualidade do processo de aprendizagem por parte dos discentes), a rondar os 85% no que respeita ao rácio aprovados/inscritos e de 95% no que respeita ao rácio aprovados/avaliados, com médias em linha com os resultados obtidos noutras UCs, tanto quanto é possível inferir dos dados constantes dos sistemas informáticos da Uma, o que permite sugerir não existirem quer evidências de facilitismo (“proxy” de indicador da qualidade e rigor), quer rigor excessivo. Mais, os comentários são positivos na maior parte dos casos. Outro indicador de “sucesso” reside no facto de todos os anos existir um volume razoável de inscritos do curso de Gestão, curso que oferece várias hipóteses e alternativas em termos das UCs possíveis de serem seleccionadas em “Opções”. Constatado ainda começar o ano com x alunos inscritos, número que aumenta nas primeiras semanas, quer via inscrição de alunos ERASMUS quer novas inscrições de alunos de Gestão, pelo que opero sempre acima do número de 50 inscritos. Ainda que não respeita aos sucessos desta UC, julgo que não posso deixar de relevar o facto de a mesma contribuir para o cumprimento da missão da Uma, dada a mesma indicar como uma das áreas chave a “economia regional”. Esta UC oferece um programa “customizado” para um público específico, em linha, creio, com os interesses dos alunos que optem por se “estabelecer” na RAM.

A UC alerta os alunos para a problemática do desenvolvimento regional no contexto insular e para o processo de integração comunitária, informa ainda sobre a importância do setor do turismo, e sobre a problemática do espaço e crescimento económicos e treina os alunos numa série de competências, com base em diversas técnicas e métodos. A natureza alargada do programa da UC impede o docente de concentrar a sua atenção num conjunto de áreas chave relativamente às quais é possível explorar alguns tópicos com maior profundidade, e em linha com um manual de referência, como acontece em UC como “Introdução à Economia” ou “Microeconomia”. Em UCs abrangentes e quase com “carácter multidisciplinar” é mais difícil assegurar a cobertura com profundidade de todos os conceitos chave, para além de tornar o estudo do aluno mais complexo. Julgo que algumas das referências à falta de “organização” dos slides resultam deste facto, ou seja, do aluno ser obrigado no contexto da mesma UC a tratar dados estatísticos, a modelizar no Excel o modelo de Solow, ao mesmo tempo que é obrigado a rever textos longos, descritivos, sobre temáticas como a evolução da política comunitária ou o desenvolvimento local. Julgo que uma das áreas chave de melhoria será a de sistematizar e seleccionar conteúdos, e eventualmente eliminar alguns conteúdos da “front page”, colocando-os de reserva, a serem utilizados caso a gestão do tempo o permita, ou a serem revistos pelos alunos de forma autónoma e a título de “leituras complementares”.

Em UCs de carácter mais generalista, tendo como vocação chave a promoção de conhecimentos e a compreensão do funcionamento da economia regional, existe sempre o risco da bondade do docente, transcrita na tentativa de aportar o máximo de conhecimentos/cenários de aprendizagem e técnicas de num espaço de tempo limitado, colidir com aspetos práticos tais como as crescentes dificuldades de “concentração” na sala de aula por parte dos alunos, dificuldades na utilização do Excel ou o facto de algumas outras UCs multiplicarem os trabalhos e testes, o que os coloca os alunos perante cenários permanentes de urgência. Assiste-se da parte de uma das Direções de Cursos a algumas medidas incrementais no sentido de ser feita uma gestão do número de momentos de avaliação, que permita maior equidade em termos do rateio da atenção dos alunos pelas diferentes UCs.

Obviamente, que quando se constata que um programa de uma UC é demasiado ambicioso, em termos de objetivos educacionais e conteúdos programáticos, o modelo idealizado no início do processo tem de ser revisto para ter em conta a realidade concreta as reações dos alunos, e a evolução da envolvente. Muito frequentemente, o otimismo

inicial, no início do semestre, em termos de objetivos educacionais tem de ser calibrado, leia-se sujeita a um processo de downgrade ou de upgrade, para ter em conta as reais “aspirações” e capacidades dos alunos, e questões simples como o maior ou menor número de aulas previstas no calendário escolar. Constatado em anos mais recentes, uma imprevisibilidade crescente em termos da performance dos alunos, para além de se constatar na sala de aula a tendência atual de decréscimo do número de alunos inscritos no Curso de Economia, o que reforça a componente de Gestão, no conjunto dos alunos. Em jeito de conclusão, e no global, julgo que este relatório demonstra capacidade e aptidão para planificar, estruturar, selecionar e ponderar conteúdos, bibliografia e estratégias pedagógicas, assim como a capacidade e consciência para refletir como incrementar o nível de qualidade. Uma ilustração desta capacidade demonstra-se ainda no facto de ter tido em conta na produção deste relatório uma série de textos na área da pedagogia e ensino de economia, como se demonstra na lição. Mais, julgo que devesse aproveitar a oportunidade que se oferece em, Setembro, para algumas retificações ao nível do programa.

Referencias Bibliográficas

- .Aliperti, G., Sandholz, S., Hagenlocher, M., Rizzi, F., Freya, M., Garschagen, M., (2019) Tourism, crisis and disaster: na interdisciplinar approach, *Annals of Tourism Research*, Vol. 79, pg. 1-5
- .Auty, R., (2017,) Natural Resources and Small Island Economies: Mauritius and Trinidad and Tobago, *The Journal of Development Studies*, Vol. 53:2, pg. 264-277, DOI: 10.1080/00220388.2016.1160063
- .Athiyaman, Ade (1997), Knowledge Development in Tourism: Tourism Demand Research, *Tourism Management*, vol. 18 (4), pg. 221-228
- .Bailly, A., Coffey, W. (1994), Regional science in crisis: a plea for more open and relevant research, *Regional Science*, 73 (1), pp. 3-14
- .Bailly, A., Coffey, W., Gibson, L., (1996), Regional science: Back to the future?. *Annals of Regional Science*, Vol. 30, pg. 153–163
- .Barnes, T. (2003), What's wrong with American regional science: A view from science studies, *Canadian Journal of Regional Science*, Vol., 26, 3–26
- .Benko, B., Pecqueur, B., (2001), Os Recursos de Territórios e os Territórios de Recursos, *Geosul, Florianópolis*, v.16, n.32, p 31-50, jul./dez. 2001
- .Bergin, T. (2018), An introduction to data analysis, Quantitative, qualitative and mixed methods, SAGE
- .Capello, R., Nijkamp, P. (2009), Urban economics at a cross road: recent theoretical and methodological directions and future challenges, *Tool kits in regional science: theory, models and estimation*, Edi. Sonis, M., Hewings, G., Springer, 273-292
- .Clarke, G., Madden, M., (2001), Introduction, in G. Clarke & M. Madden (Eds.), *Regional science in business*, (pp. 1–10). Berlin: Springer
- .Costa, J., (2016), António Simões Lopes: O Cientista Regional e o Humanista, *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, nº 42, pg. 71-76
- .Cruz, S., Teixeira, A., (2009), The Evolution of the Cluster Literature: Shedding Light on the Regional Studies-Regional Science Debate', *Regional Studies*, Vol. 44(9), pg. 1263-1288
- .Dentinho, T., (2016), António Simões Lopes, Sempre Atual e Sempre Atuante *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, nº 42, pg. 79-80
- .Echtner, C., Jamal, T., (1997), The disciplinary dilemma of tourism studies, Vol. 24 (4), pg. 868-883
- .European Union, Regional Policy, Working for the regions, EU Regional Policy 2007-2013, 2008
- .Ferrão, J., (2016), Uma Ciência com Ética, um Cientista Humanista, *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, nº 42, pg. 76-78
- Gay, J.-C., (2012), Why is tourism doing poorly in Overseas France?, *Annals of Tourism Research*, Vol. 39 (3), pg. 1634–1652
- .Gibson, J., (1994), Fixing the fix we're in, Paper in *Regional Science*, Vol. 70, pg. 97-111
- .Hagerstrand, T., (1970), What about people in regional science?, *Papers in Regional Science*, Vol. 24, pg., 7–24.
- .Hampton, M., Christensen, J., (2002), Offshore Pariahs? Small Island Economies, Tax Havens, and the Re-configuration of Global Finance, *World Development*, 30 (9), pp. 1657-1673
- .Jammario, S., Rodríguez-Pose, A., Storper, M., (2017), Why Regional Development matters for Europe's Economic Future, European Commission, WP 07/2017
- 92
- .Jafari, J., Ritchie, J., (1981), Toward a Framework for Tourism Education: Problems and Prospects, *Annals of Tourism Research*, vol. 8, no. 1, p. 13-34. DOI : 10.1016/0160-7383(81)90065-7
- .Jovicic, Z., (1988), A Plea for Tourismological Theory and Methodology, *Revue de Tourisme*, Vol. 43(3), pg. 2-5
- .Kirilenko, A., Stepchenkova, S., (2018) Tourism research from its inception to present day: Subject area, geography, and gender distributions. *PLoS ONE* 13(11): e0206820. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0206820>
- .Kuhn, C., Zlatkin-Troitschanskaia, O., Brückner, S., Saas, H., (2018), A new video-based tool to enhance teaching economics, *International Review of Economics Education*, Vol. 27, pg. 24–33
- .Kuhn, T., (1970), *The Structure The Structure of Scientific Revolutions* (2nd ed.). Chicago: University of Chicago Press
- .Lia, X., Law, R., (2020), Network analysis of big data research in tourism, *Tourism Management Perspectives*, Vol. 33, pg.1-12
- .Liszewski, S. (2010), Tourism studies: situated within multiple disciplines or a single independent discipline? (discursive article) *Tourism* 2010, 20/2
- .Lopes, A., (2010), O espaço económico, in José Solva Costa (Org.), *Compêndio de Economia Regional*, Coimbra, APDR, pg. 35-39

- .Lopes, A., (1983), Teoria e Política do Desenvolvimento Regional, Estudos de Economia, val. III, n.º 4, Jui.-Set. 1983
- .Lopes, A., (2001), Desenvolvimento Regional Problemática, teoria, modelos (5ª Edição), Fundação Calouste Gulbenkian, janeiro de 2001
- .Markusen A (2003) Fuzzy concepts, scanty evidence, policy distance: the case for rigour and policy relevance in critical regional studies. *Regional Studies* 37(6-7): 701–717.
- .Markusen, A., (2005), Fuzzy concept, scant evidence, policy distance: The case for rigour and policy relevance in critical regional studies, *Regional Studies*, Vol. 39, pg. 869–884.
- .Mitze, T., (2014), Does regional science need an experimentalist buzz?, *Regional Studies*, *Regional Science*, Vol. 1(), pg. 51-59
- .Nijkamp, P., Rose, A., Kourtit, K., (2015), Regional science: What matters? Which matters? In P. Nijkamp, A. Rose, & K. Kourtit (Eds.), *Regional science matters: Studies dedicated to Walter Isard* (pp. 1–14). Berlin: Springer.
- .Okumus, F., Niekerka, M., Koseoglu, M., Bilgihanc, A., (2018), Interdisciplinary research in tourism, *Tourism Management*, Vol. 69, pg. 540–549
- .Polèse, M., (1998), Economia Urbana e Regional- Lógica Espacial das Transformações Económicas, Coleção APDR
- .Prasad, N., (2004), Escaping Regulation, Escaping Convention, *World Economics*, Vol. 5 (1), pg., 41-65, January–March 2004
- .Qian, J., Law, R., Lic, X., (2019), Education research in tourism: A longitudinal study of 77 articles between 2008 and 2017, *Journal of Hospitality, Leisure, Sport & Tourism Education*, Vo. 24, pg. 120–129
- .Quigley, J. (2001), The renaissance in regional research, *The Annals of Regional Science* 35, pp. 167-178
- .Raa, Berliant, M.,(1995), Regional science in crisis. *Regional Science Association International News*, 1-2
- .Rees, J., (1999), Regional science: From crisis to opportunity. *Papers Regional Science*, 78, pp. 101–110 (1999). <https://doi.org/10.1007/s101100050014>
- .Reis, J., (2005), Uma epistemologia do território, *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, vol. 13, no. 1, 2005: 51-74, acessível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/41759/1/Uma%20epistemologia%20do%20territ%C3%B3rio.pdf>
- .Ritchie, J., Sheehan, L., Timur, S., (2008), Tourism Sciences or Tourism Studies? Implications for the Design and Content of Tourism Programming, *Téoros*, 27(1), pg. 33-41
- .Stimson, R., (2019) Challenges for regional science research: past and present, *Spatial Economic Analysis*, Vol. 14(2), pg. 133-152
- .Stough, R., Welter, F., Block, J., Wennberg, K., Basco, R., (2015), Family business and regional science: ‘‘Bridging the gap’’, *Journal of Family Business Strategy*, Vol. 6, pg., 208–218
- .Taillon, J. (2014), Understanding Tourism as an Academic Community, Study or Discipline, *Journal of Tourism & Hospitality*, Vol. 3(3), 131, pg. 2-5, doi:10.4172/2167-0269.1000131
- .Tribe, J. (2010), Tribes, territories and networks in the tourism academy. *Annals of Tourism Research*, Vol. 37(1), pg. 7–33.
- .Tribe, J., Xiao, H., (2011), Developments in tourism social science, *Annals of Tourism Research*, Vol. 38, No. 1, pp. 7–26, 2011
- .Vaz, E., (2016), The future of landscapes and habitats: The regional science contribution to the understanding of geographical space, *Habitat International*, Vol. 51, pg. 70-78
- .Weiler, B., Moyle, B., McLennan, C.I., (2012), Disciplines that influence tourism doctoral research, The United States, Canada, Australia and New Zeland, *Annals of Tourism Research*, Vol. 39, No. 3, pp. 1425–1445, 2012